

# **Tribunal de Contas**

## **Relatório de Atividades 2013**

**Informação estatística e indicadores**

**Maio de 2014**



## ÍNDICE

RELAÇÃO DE SIGLAS .....	5
1. SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL .....	7
2. RECOMENDAÇÕES .....	7
2.1. Número de recomendações formuladas.....	7
2.2. Acolhimento de recomendações .....	8
3. O CONTROLO PRÉVIO .....	9
3.1. O visto – número e caracterização dos processos .....	9
3.2. O visto – montantes financeiros envolvidos.....	12
3.3. Poupanças e irregularidades .....	13
3.4. Recursos ordinários - 1.ª Secção .....	14
3.5. Auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras.....	15
4. O CONTROLO CONCOMITANTE .....	16
4.1. Adicionais a contratos visados .....	16
4.2. Auditorias de fiscalização concomitante .....	16
5. O CONTROLO SUCESSIVO .....	18
5.1. Auditorias por área de atuação e por tipologia .....	18
5.2. Lista de auditorias por área de atuação.....	19
5.3. Lista das irregularidades .....	22
5.4. Lista das poupanças conhecidas em 2013.....	26
5.5. Verificação interna de contas .....	27
5.6. Relatórios de órgãos de controlo interno .....	28
5.7. Denúncias, queixas, exposições e pedidos de esclarecimento.....	29
6. A EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES .....	30
6.1. Infrações financeiras .....	30
6.2. Outras infrações .....	31
6.3. Responsabilidade financeira – 3.ª Secção e Secções Regionais .....	32
7. O MINISTÉRIO PÚBLICO (MP) JUNTO DO TC .....	34
7.1. O MP e a efetivação de responsabilidades .....	34
7.2. Participações/conhecimentos do MP a Outras Jurisdições .....	36

8. OS RECURSOS UTILIZADOS.....	37
8.1. Os recursos humanos .....	37
8.2. Os recursos financeiros.....	38
8.3. Elementos complementares da Conta Consolidada .....	41

## RELAÇÃO DE SIGLAS

AEO/SS – Acompanhamento da execução orçamental/Segurança Social  
ALM - Assembleia Legislativa Municipal  
ALRAA – Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores  
AR – Assembleia da República  
ARF – Apuramento de responsabilidades financeiras  
CGA – Caixa Geral de Aposentações  
CCP - Código dos Contratos Públicos  
CGE - Conta Geral do Estado  
CM – Câmara Municipal  
CRA - Conta da Região Autónoma  
CRP - Constituição da República Portuguesa  
DGO – Direção Geral do Orçamento  
EIM - Empresa Intermunicipal  
EPE – Entidade Pública Empresarial  
IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares  
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado  
LPM – Lei de Programação Militar  
LOPTC – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas  
M - Milhões  
PCALRAA – Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores  
PCALRAM – Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira  
PCAR – Parecer sobre a Conta da Assembleia da República  
PCGE – Parecer sobre a Conta Geral do Estado  
PCRAA – Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores  
PCRAM – Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira  
RAA - Região Autónoma dos Açores  
RAM - Região Autónoma da Madeira  
SA – Sociedade Anónima  
SESARAM - Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira  
SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais  
SNS - Serviço Nacional de Saúde  
SP - Setor público  
SRA - Secção Regional dos Açores  
SRM - Secção Regional da Madeira  
TC - Tribunal de Contas  
UM - Universidade do Minho  
UP - Universidade do Porto  
IPP - Instituto Politécnico do Porto  
VEC - Verificação Externa de Contas  
VIC - Verificação Interna de Contas



## 1. SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL

As deliberações e decisões do Tribunal de Contas são tomadas em Plenário Geral, em Plenário de Secção, em Subsecção (três juízes), em sessão diária de visto e por Juiz singular, na Sede, e em coletivo especial, sessão ordinária, sessão diária de visto e audiência de julgamento nas Secções Regionais.

### **Número de sessões e decisões do Tribunal em 2013**

Plenário Geral e Secções do Tribunal	Sessões	Decisões	Sentenças	Acordãos	Resoluções	Relatórios de auditoria, de VEC e de ARF	Outros relatórios e Pareceres CGE, CRA e CALRA
Plenário Geral do Tribunal	6				2		1
1.ª Secção - plenário e subsecção	35			52	3	15	
1.ª Secção - sessões diárias de visto		1003					
1.ª Secção - juiz singular		20	29				
2.ª Secção - plenário e subsecção	34				10	32	3 VIC, 4 AEO/SS
2.ª Secção - juiz singular		22	56				
3.ª Secção - plenário	9			23			
3.ª Secção - juiz singular	27	1	16				
<b>Secção Regional dos Açores</b>							
Sessões especiais	2						2
Sessões ordinárias e extraordinárias	13	7				10	20
Sessões diárias de visto	73	108					
Audiências de julgamento	2		2				
Decisões em processo autónomo de multa			3				
<b>Secção Regional da Madeira</b>							
Sessões especiais	2						2
Sessões ordinárias e extraordinárias	15	3				26	
Sessões diárias de visto	34						
Audiências de julgamento	7		4				
Decisões em processos autónomos de multa			11				

AEO/SS - Acompanhamento da execução orçamental / Segurança Social

ARF - Apuramento de responsabilidades financeiras

CALRA - Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma

VEC - Verificação externa de contas

CGE - Conta Geral do Estado

CRA - Conta da Região Autónoma

VIC - Verificação interna de contas

## 2. RECOMENDAÇÕES

### 2.1. Número de recomendações formuladas

A Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (Lei de organização e processo do Tribunal de Contas - LOPTC) prevê, em várias das suas normas, o poder do Tribunal (TC) formular recomendações, no âmbito da sua atividade. As recomendações são, assim, instrumentos essenciais da sua atuação.

### Número de recomendações formuladas em 2013

	Sede	SRA	SRM	Total
Em processos de fiscalização prévia	461		12	<b>473</b>
Em auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras	14		11	<b>25</b>
Em auditorias de controlo concomitante	9	23	28	<b>60</b>
Nos Pareceres sobre a CGE, as CRA e as Contas das Assembleias da República e Legislativas Regionais e no acompanhamento da execução orçamental	78	28	22	<b>128</b>
Em auditorias de controlo sucessivo	374	38	109	<b>521</b>
Nas verificações internas de contas	131	94	4	<b>229</b>
<b>Total</b>	<b>1 067</b>	<b>183</b>	<b>186</b>	<b>1 436</b>

Nota: Por cada recomendação dirigida a mais de uma entidade, foram contadas tantas as recomendações quantas as entidades a que se formularam.

## 2.2. Acolhimento de recomendações

No âmbito da ação de avaliação do acolhimento das recomendações de 2010 e de 2011, efetuado em 2013 (Estudo n.º 1/2014-DCP, de 25 de fevereiro), verificou-se, no referente às recomendações formuladas em ações de controlo sucessivo (PCGE, PCRA e auditorias), o seguinte:

### Controlo sucessivo - Recomendações acolhidas

#### Apuramento em setembro de 2013

Departamentos	2010			2011		
	N.º Rec	N.º Rec. Executadas (*)	Grau de execução (%)	N.º Rec	N.º Rec. Executadas (*)	Grau de execução (%)
Total	1634	1166	71,4	1159	804	69,4

(\*) Consideraram-se as **recomendações total ou parcialmente acolhidas**

Nota: Relativamente ao apuramento feito em 2012, foram contabilizadas em 2013 mais recomendações devido, principalmente, à identificação de outras entidades que as acolheram.



### 3. O CONTROLO PRÉVIO

#### 3.1. O visto – número e caracterização dos processos

Compete à 1.ª Secção do Tribunal, na Sede, e às SRA e SRM o controlo financeiro prévio, o qual é exercido mediante a concessão ou recusa de *Visto* aos atos e contratos, nos termos da lei.

#### Movimento processual do Visto em 2013

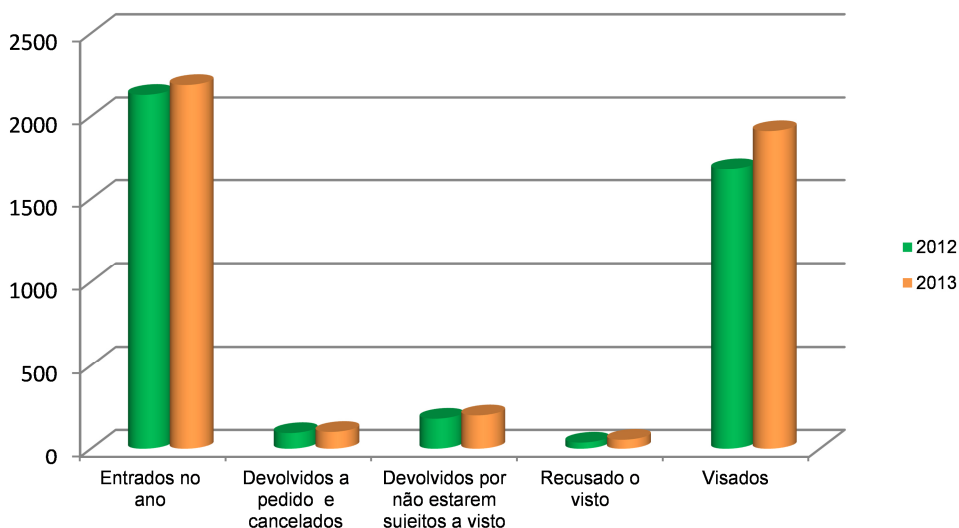
##### Movimento processual do visto em 2013

Processos de Visto e Tipos de decisão	Sede	Secções Regionais		TOTAL
	1ª Secção	Açores	Madeira	
Transitados de 2012	330	15	10	355
Entrados em 2013	1952	83	153	2188
<b>Total para análise em 2013</b>	<b>2282</b>	<b>98</b>	<b>163</b>	<b>2543</b>
Devolvidos a pedido do serviço e cancelados	100	1		101
Devolvidos por não estarem sujeitos a visto	186	6	8	200
Recusado o visto	44	9	1	54
Visados*	1662	56	142	1860
Visto Tácito **	52			52
<b>Total findos em 2013</b>	<b>2044</b>	<b>72</b>	<b>151</b>	<b>2267</b>
Transitados para 2014	238	26	12	276

\* Inclui as homologações de conformidade

\*\* Formação de visto nos atos, contratos e outros documentos sujeitos a fiscalização prévia se não tiver havido decisão de recusa de visto no prazo de 30 dias após a data do seu registo de entrada no Tribunal. Este prazo corre durante as férias judiciais, mas não inclui sábados, domingos ou feriados.

#### Movimento processual do Visto comparado (2012 e 2013)



No âmbito da análise dos processos foram efetuadas **3381 devoluções** (3089 na Sede, 116 na SRA e 176 na SRM) para **complemento da sua instrução ou esclarecimento de dúvidas**, o que corresponde a uma **média de 1,8 devoluções por processo controlado**. Na sua sequência foram

efetuadas 3352 reaberturas de processos (3076 na Sede, 105 na SRA e 171 na SRM). Este processo permite sanar deficiências e corrigir ilegalidades várias.

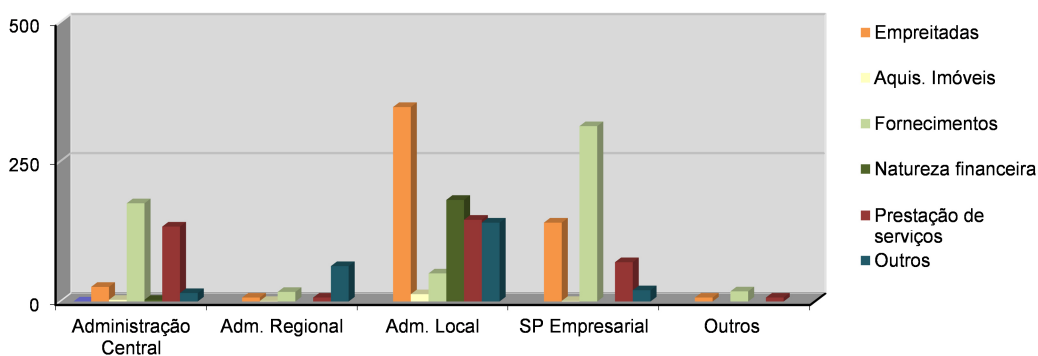
Os processos objeto de controlo tiveram origem, na sua maioria, 46,1%, em entidades da Administração Local (veja-se quadro e gráfico seguintes).

### Origem dos processos objeto de controlo em 2013

Administração	Espécie processual						TOTAL	
	Empreita das*	Aquis. Imóveis	Fornecimentos*	Natureza financeira	Prestação de serviços	Outros**		%
Administração Central	26	3	176	3	135	15	<b>358</b>	18,7%
Adm. Regional	7	1	17		7	63	<b>95</b>	5,0%
Adm. Local	348	13	50	182	148	141	<b>882</b>	46,1%
SP Empresarial	142	1	314		70	20	<b>547</b>	28,6%
Outros*	7		18		7		<b>32</b>	1,7%
<b>Total findos</b>	<b>530</b>	<b>18</b>	<b>575</b>	<b>185</b>	<b>367</b>	<b>239</b>	<b>1 914</b>	<b>100,0%</b>

\* Inclui Fundações, Associações de Direito Privado e outras entidades

\*\* Inclui: "contrato-programa", "protocolos", "locações operacionais", "acordos" e outros



No referente à **tipologia dos processos**, verifica-se que os **contratos de fornecimentos e os de empreitadas** representam a maioria dos processos submetidos a Visto, mas que também é significativa a percentagem dos contratos de prestação de serviços (quadro seguinte).

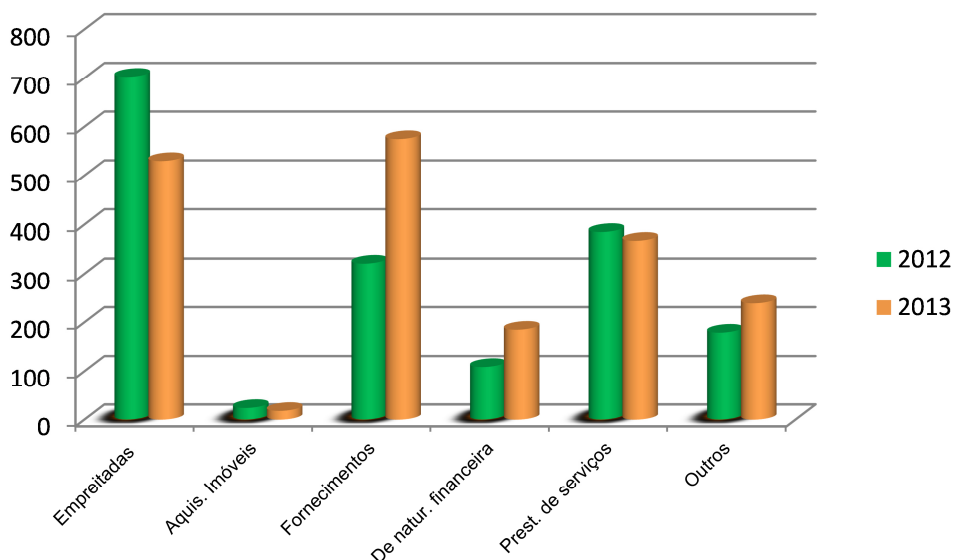
### Processos de visto em 2013, por tipo de decisão e espécie processual (Sede e Secções Regionais)

Tipos de decisão	Espécie processual						TOTAL
	Empreitadas	Aquis. Imóveis	Fornecimentos	De natureza financeira	Prestação de serviços	Outros*	
Recusado o Visto	6	1	3	4	12	28	<b>54</b>
Visados	524	17	572	181	355	211	<b>1 860</b>
<i>com homologação de conformidade</i>	150	1	74		52	3	<b>280</b>
<i>sem recomendações - em sessão diária de visto</i>	201	15	337	156	225	184	<b>1 118</b>
<i>com recomendações - em sessão diária de visto</i>	171	1	161	25	78	24	<b>460</b>
<i>com recomendações - em subsecção/sessão ordinária</i>	2						<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>530</b>	<b>18</b>	<b>575</b>	<b>185</b>	<b>367</b>	<b>239</b>	<b>1 914</b>
Em %	27,7%	0,9%	30,0%	9,7%	19,2%	12,5%	100,0%

\* Inclui: "contrato-programa", "protocolos", "locações operacionais", "acordos" e outros

O gráfico seguinte mostra a distribuição dos processos por tipologia, comparando o ano de 2013 com o de 2012. Verifica-se que predominam os contratos de fornecimentos e de empreitadas, mas que o número destes últimos diminuiu em relação a 2012.

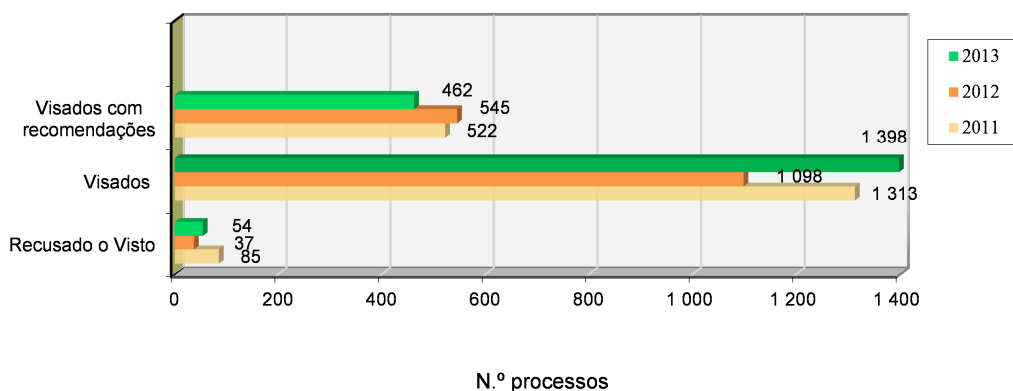
**Processos de visto objeto de controlo, por tipologia de processos (2012 e 2013)**



Em termos globais, o número de processos aumentou de 2012 para 2013. Continuou a registar-se um grande número de decisões de **visto com recomendações** (24%) - cf. quadro e gráfico seguintes.

**Evolução do número de processos de visto controlados**

Tipos de decisão	Anos				
	2011	2012	Var %	2013	Var %
Recusado o Visto	85	37	-56,5%	54	45,9%
Visados	1313	1098	-16,4%	1398	27,3%
Visados com recomendações	522	545	4,4%	462	-15,2%
<b>Total findos</b>	<b>1 920</b>	<b>1 680</b>	<b>-12,5%</b>	<b>1 914</b>	<b>13,9%</b>



### 3.2. O visto – montantes financeiros envolvidos

No referente **aos montantes envolvidos nos processos** que foram objeto de **controlo** através de *visto*, a sua repartição por proveniência consta do quadro seguinte. Da sua análise resulta que o montante mais expressivo respeita a contratos remetidos pela **Administração Local**.

#### **Processos de visto – montantes controlados em 2013**

(Em milhares de euros)

Administração	1ª Secção	Secções Regionais		TOTAL	
	Sede	Açores	Madeira		%
Administração Central	1 107 890			<b>1 107 890</b>	24,9%
Adm. Regional		20 277	249 261	<b>269 538</b>	6,1%
Adm. Local	1 891 294	40 212	44 031	<b>1 975 537</b>	44,5%
SP Empresarial	679 653	129 327	264 037	<b>1 073 016</b>	24,2%
Outros*	16 329			<b>16 329</b>	0,4%
<b>Total findos</b>	<b>3 695 166</b>	<b>189 816</b>	<b>557 329</b>	<b>4 442 310</b>	<b>100,0%</b>

\* Inclui Fundações, Associações de Direito Privado e outras entidades

No atinente à **tipologia dos processos**, o valor mais significativo respeita aos **contratos de natureza financeira**, na sua maioria oriundos da Administração Local, com cerca de **21,9%** do montante global controlado.

No que respeita aos “outros contratos” da Administração Local contribui, de forma decisiva, para aquele montante o valor de contratos de concessão (de obras e de serviços públicos), de constituição de Parceria Público Privada Institucionalizada, bem como de contratos programa celebrados entre os Municípios e as suas Empresas Locais.

Saliente-se, ainda, que do montante total relativos a “outros contratos” oriundos da Administração Central, € 236 232 856 respeita apenas a um processo (Acordo celebrado entre o Estado e a Parque Escolar, EPE).

#### **Processos de visto em 2013 – montante controlado por tipologia de processos**

(Em milhares de euros)

Origem	Espécie processual						TOTAL
	Empreitadas	Aquis. Imóveis	Fornecimentos	De natureza financeira	Prestação de serviços	Outros**	
Administração Central	28 983	8 178	150 172	215 400	311 086	394 071	1 107 890
Adm. Regional	26 419	1 371	6 794		5 031	229 923	269 538
Adm. Local	373 445	41 213	51 068	758 512	186 136	565 164	1 975 537
SP Empresarial	434 409	3 015	354 994		238 139	42 459	1 073 016
Outros*	6 730		4 540		5 058		16 329
<b>Total findos</b>	<b>869 986</b>	<b>53 776</b>	<b>567 569</b>	<b>973 912</b>	<b>745 451</b>	<b>1 231 617</b>	<b>4 442 310</b>
Em %	19,6%	1,2%	12,8%	21,9%	16,8%	27,7%	100,0%

\* Inclui: Fundações, Associações de direito privado e outras entidades

\*\* Inclui: "contrato-programa", "protocolos", "locações operacionais", "acordos" e outros

Em termos de evolução (cf. quadro seguinte), constata-se que de 2012 para 2013 houve uma redução de 7% no montante envolvido nos processos controlados. O **valor dos processos a que foi recusado o visto** representa **6,2% do montante controlado**.

### Evolução dos atos e contratos objeto de Visto

(Montantes: em milhares de euros)

Sede e SRs	2011					2012					2013						
	N.º processos	N.º entidades a que respeitam	Montante envolvido	Valor dos processos recusados		N.º processos	N.º entidades a que respeitam	Montante envolvido	Valor dos processos recusados		N.º processos	N.º entidades a que respeitam	Montante envolvido	Valor dos processos recusados			
Sede	1715	714	9 941 303	219 869	2,2%	1517	637	4 278 462	1761776	41,2%	1706	682	3 695 166	270 116	7,3%		
SRA	85	52	242 867	66 460	27,4%	87	44	3 13 629	87 251	27,8%	65	34	189 816	3 465	1,8%		
SRM	180	42	276 944	47 527	17,2%	117	31	209 635	5 473	2,6%	143	34	557 328	664	0,1%		
Total	1980	808	10 461 113	333 856	3,2%	1721	712	4 801 726	1854 501	38,6%	1914	750	4 442 310	274 245	6,2%		
<i>Varição em relação ao ano anterior</i>									-54%						-7%		

### 3.3. Poupanças e irregularidades

#### CONTROLO PRÉVIO - Montantes poupados

	Sede	SRA	SRM	Total
Redução de valores contratuais resultante da devolução de processos pelo Tribunal	29 046 638			29 046 638
Processos cancelados a pedido das entidades fiscalizadas	72 891 717	240 000		73 131 717
<b>Total</b>	<b>101 938 355</b>	<b>240 000</b>		<b>102 178 355</b>

#### CONTROLO PRÉVIO - Irregularidades detetadas

	Sede	SRA	SRM	Total
Recusas de visto	270 115 855	3 465 253	664 011	274 245 119
Visto com recomendações	1 088 390 225		29 205 853	1 117 596 078
<b>Total</b>	<b>1 358 506 080</b>	<b>3 465 253</b>	<b>29 869 864</b>	<b>1 391 841 197</b>

### 3.4. Recursos ordinários – 1.ª Secção

As **decisões finais** de recusa, concessão e isenção de *Visto*, bem como as que respeitem aos emolumentos calculados pelo Tribunal, quer na Sede quer nas Secções Regionais, **podem ser impugnadas por recurso para o plenário da 1.ª Secção** – recurso ordinário.

Em 2013 foram interpostos 23 recursos (18 em 2012) e foram proferidos 18 acórdãos (23 em 2012). A repartição das decisões por tipo e por espécie de processos que estiveram na origem dos recursos consta dos quadros e gráfico seguintes.

#### Recursos ordinários em 2013 – movimento processual

Recursos ordinários e tipos de decisão	Origem			TOTAL
	Sede	Secções Regionais		
	1ª Secção	Açores	Madeira	
Transitados do ano anterior	6	2		8
Distribuídos no ano	21	2		23
<b>Total para julgamento</b>	<b>27</b>	<b>4</b>		<b>31</b>
Indeferimento liminar	1			1
Julgado procedente	1			1 (a)
Julgado improcedente	13	3		16 (b)
Outras situações				
Total de Acórdãos/Decisões no ano	15	3		18
Transitados para o ano seguinte	12	1		13

(a) Em matéria de emolumentos

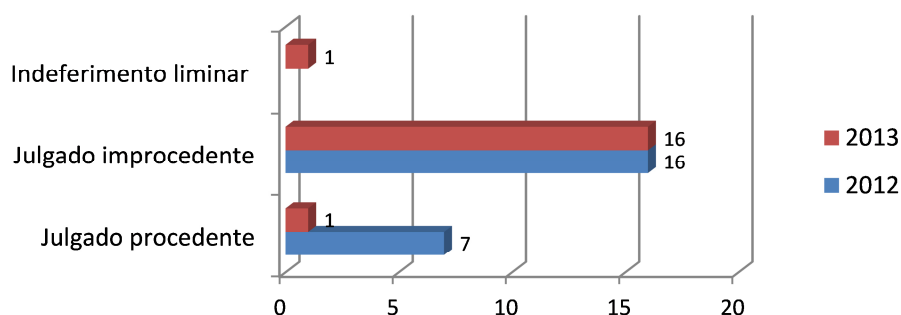
(b) 3 em matéria de emolumentos

#### Recursos ordinários em 2013 – decisões por espécie processual (a)

Tipos de decisão	Espécie processual				Total
	Fornecimentos	Prest. Serviços	Natureza financeira	Outros	
Indeferimento liminar				1	1
Julgado procedente					
Julgado improcedente	4		4	5	13
Outras situações					
<b>Total de decisões em 2012</b>	<b>4</b>		<b>4</b>	<b>6</b>	<b>14</b>

(a) Neste quadro não foram contabilizados os recursos de emolumentos (4)

#### Recursos ordinários – decisões em 2012 e 2013



### 3.5. Auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras

O Tribunal de Contas pode ordenar auditorias relativas ao exercício da fiscalização prévia, as quais podem ter em vista, designadamente, a comunicação ao Ministério Público das infrações financeiras detetadas nos processos de visto, para que ele possa instaurar os respetivos processos de responsabilização.

#### **Auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras em 2013**

	Transita- das	Inscritas em Plano (novas)	Concluídas c/ relatório aprovado		Processos arquivados / extintos	A transitar para o ano seguinte
			Transita das	Novas		
Sede	16	15	13		3	15
Secção Regional dos Açores						
Secção Regional da Madeira	5	4	5	1		3
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>18</b>

#### **Auditorias para apuramento de responsabilidades financeiras (ARF) - 2013**

<b>N.º relat.</b>	<b>Objeto da auditoria</b>	<b>N.º recom.</b>
1/13-ARF-1ªS	Câmara Municipal de Alfândega da Fé - Empréstimo de curto prazo	1
2/13-ARF-1ªS	Câmara Municipal de Rio Maior no âmbito de contrato de empréstimo de curto prazo celebrado com a CGD e adenda para apoio à tesouraria (P. Audit - ARF 16/12)	1
3/13-ARF-1ªS	Câmara Municipal de Évora no âmbito do contrato de "Beneficiação da EM 526 entre a EN 254 e N. Sra. de Machete"	
4/13-ARF-1ªS	Câmara Municipal Vila de Rei no âmbito do contrato de Aquisição de Imóveis - Pavilhão Multifunções	1
5/13-ARF-1ªS	Contrato de gestão entre o Município de Trancoso e a empresa TEGEC - Trancoso Eventos, EEM	1
6/13-ARF-1ªS	Contrato de aquisição de serviços para a emissão centralizada de documentos de cobrança postal celebrado entre o Instituto de Gestão Financeira da Segurança social, IP e a Lokemark Soluções de Marketing, S.A.	1
7/13-ARF-1ªS	Ambilital, E.I.M. no âmbito do contrato de fornecimento, instalação e construção de uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem de Resíduos	1
8/13-ARF-1ªS	Câmara Municipal de Évora no âmbito do contrato de "Construção da Escola EB1 Canaviais"	1
9/13-ARF-1ªS	Câmara Municipal de Portimão no âmbito de contrato de empréstimo para saneamento financeiro	
10/13-ARF-1ªS	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E - contrato de prestação de serviços de "WallStreet Suite – Projeto de Upgrade para versão 7 e aquisição do módulo TRM Sw ift para ligação do Wallstreet Suite à plataforma SWIFT	1
11/13-ARF-1ªS	Contrato de "abertura de crédito a curto prazo na modalidade de conta corrente" celebrado entre o Município de Avis e o "Banco Santander Totta, S.A."	2
12/13-ARF-1ªS	Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P. - contrato relativo à aquisição de selos de garantia para a denominação de origem do vinho do Porto, celebrado com a Ancestra – Indústria Gráfica, Lda	2
13/13-ARF-1ªS	Contrato de "Abertura de Crédito em Regime de Conta Corrente" celebrado pelo Município de Miranda do Douro com a Caixa Geral de Depósitos, SA	2

(Continua)

N.º relat.	Objeto da auditoria	N.º recom.
01/13-ARF-SRM	Câmara Municipal de Porto Moniz - Contrato da empreitada de execução do "Caminho Penedo/Serra D'Água (Seixal)"	2
02/13-ARF-SRM	Município do Funchal - Contrato da empreitada de "Renovação Urbanística da Estrada Monumental incluindo ciclovia"	3
06/13-ARF-SRM	Município de S. Vicente - Contrato da empreitada de "construção do caminho rural da Fajã dos Vinháticos – São Vicente"	1
07/13-ARF-SRM	Valor Ambiente, SA - Contrato para aquisição de reagentes utilizados nas unidades da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra	2
11/13-ARF-SRM	Contrato de execução da empreitada de construção do Caminho Agrícola no Massapez – Arco da Calheta	2
19/13-ARF-SRM	Onze contratos de empreitada de obras públicas outorgados entre a Região Autónoma da Madeira, através da Vice-Presidência do Governo Regional, e diversas empresas adjudicatárias	1

## 4. O CONTROLO CONCOMITANTE

### 4.1. Adicionais a contratos visados

Os atos ou contratos que titulem modificações aos contratos visados e que estão isentos de fiscalização prévia, nos termos do artigo 47.º da LOPTC na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 61/2011, de 7 de dezembro (atos ou contratos que no âmbito das empreitadas de obras públicas já visadas, titulam a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros ou omissões), devem ser obrigatoriamente remetidos ao Tribunal no prazo de 60 dias a contar do início da sua execução, para análise.

Na sequência dessa análise, o Tribunal pode determinar a realização de auditoria ao respetivo ato ou contrato.

#### *Atos e contratos adicionais remetidos ao Tribunal*

	2012				2013			
	1.ª Secção (a)	SRA	SRM	Total (a)	1.ª Secção	SRA	SRM	Total
Número	625	25	2	<b>652</b>	453	32	2	<b>487</b>
Valor (em milhares de euros)	- 6 910	2 564	1 489	<b>- 2 857</b>	4 902	2 357	- 766	<b>6 493</b>

(a) O valor negativo resulta do valor da supressão de trabalhos ter sido superior ao valor resultante dos acréscimos (€ 45 298 497 - € 52 208 781)

O valor global de € 4 901 879,37 dos atos e contratos adicionais recebidos na Sede resulta da diferença entre a redução de preço contratual no montante de € -11 952 241,92 e o acréscimo de € 16 854 121,29. O valor da diminuição continua a ser relevante, e resulta, sobretudo, de alterações aos projetos subjacentes às empreitadas com o intuito de diminuição dos seus custos, tendo ocorrido com especial impacto no âmbito do Setor Empresarial Público.

### 4.2. Auditorias de fiscalização concomitante

Foram **concluídas 12 auditorias**, 9 das quais transitadas de anos anteriores. Em 2012, tinham sido concluídas 12 (4 pela 1.ª secção, 2 pela SRA e 6 pela SRM).



### Auditorias de fiscalização concomitante em 2013

	Transitadas de anos anteriores	Inscritas em Plano (novas)	Concluídas c/ relatório aprovado		Processos arquivados / extintos	A transitar
			Transitadas	Novas		
<b>Sede - 1.ª Secção</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>2</b>		<b>1</b>	<b>8</b>
<i>Contratos adicionais</i>	6	2	2		1	5
<i>Outros</i>	2	1				3
<b>Secção Regional dos Açores</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
<i>Contratos adicionais</i>	2	1	2			1
<i>Outros</i>	2	3		1	1	3
<b>Secção Regional da Madeira</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>2</b>		<b>4</b>
<i>Contratos adicionais</i>						
<i>Outros</i>	6	5	5	2		4
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>16</b>

Apresenta-se a seguir a lista das auditorias concluídas, com indicação do número de recomendações formuladas.

#### Controlo concomitante - Auditorias concluídas em 2013

N.º relat.	Objeto da auditoria	N.º recom. a)
01/13-1.ªS	Município de Portimão - no âmbito da empreitada de "Execução da Nova Escola E.B. 2/3 na Zona da Bemposta em Portimão	5
02/13-1.ªS	Município de Vila do Conde - no âmbito da empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2/3 Frei João - Vila do Conde	4
01/13-SRA	Adicionais ao contrato de empreitada de construção da Escola Básica Integrada de Ponta Garça (proc.nº81/2008)	4
07/13-SRA	Adicionais a contratos de empreitada de obras públicas - Administração directa e indirecta e empresas públicas da Região Autónoma dos Açores	19
08/13-SRA	Cumprimento da obrigação de remessa de contratos para visto - Portas da Lagoa, SA.	
04/13-SRM	SESARAM, E.P.E. - contratação pública	6
05/13-SRM	Acordo de cooperação celebrado, em 25 de Fevereiro de 2011, entre o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, e a Oceanos - Associação de Solidariedade Social, IPSS	5
12/13-SRM	Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes - Empreitada de execução das "Infraestruturas Gerais do Madeira Tecnopolo – 3.ª Fase"	3
14/13-SRM	Centro de Estudos de História do Atlântico – Despesas de pessoal e de contratação pública - 2012	
15/13-SRM	SESARAM, EPE – Despesas de pessoal – 2011/2012	6
20/13-SRM	Municípios da RAM - Município da Calheta com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestonária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010	1
21/13-SRM	Responsabilidades financeiras decorrentes da não sujeição de contratos à fiscalização prévia do TC – Anos de 2009 a 2011	7

a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram contadas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam.

Nota: Os Relatórios das Auditorias podem ser consultados no sítio do Tribunal de Contas na Internet: [www.tcontas.pt](http://www.tcontas.pt)

## 5. O CONTROLO SUCESSIVO

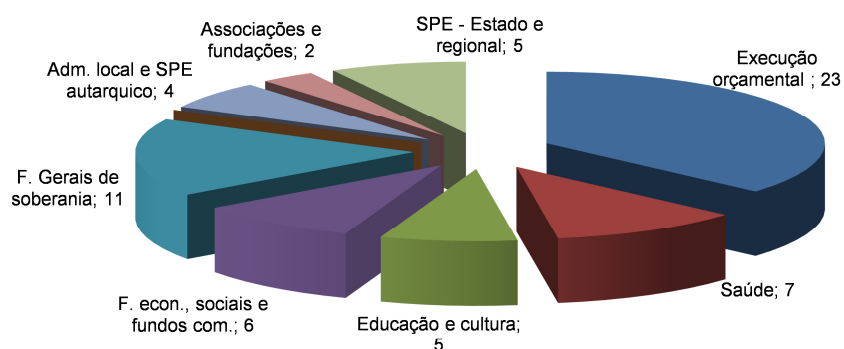
O controlo sucessivo, da competência da **2.ª Secção na Sede e das Secções Regionais**, é exercido depois de terminado o exercício ou a gerência e elaboradas as contas anuais.

A competência de fiscalização sucessiva exerce-se através da emissão do **Parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE) e dos Pareces sobre as Contas das Regiões Autónomas (CRAA e CRAM)** e de relatórios de auditorias e de verificação externa (VEC) e interna de contas (VIC).

Para elaboração do Parecer sobre a CGE de 2012 foram realizadas 41 ações de análise interna (Ações preparatórias do Parecer). Para o PCRAA de 2012 foram realizadas 16 ações preparatórias. Para os PCRAM de 2012 foram realizadas 5 ações preparatórias.

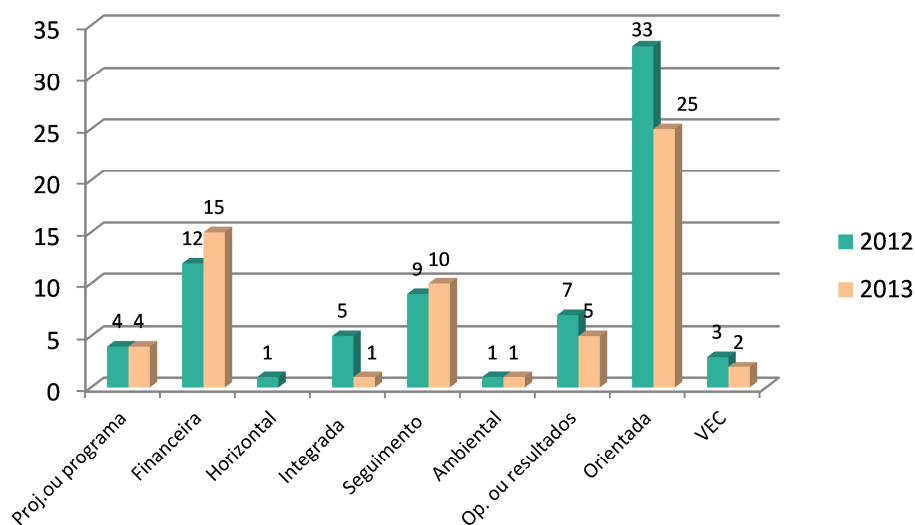
### 5.1. Auditorias por área de atuação e por tipologia

#### Número de auditorias e VEC concluídas em 2013, por área de atuação



SPE - Sector público empresarial

#### Auditorias por tipologia e VEC concluídas em 2012 e 2013



### Número de auditorias e VEC concluídas por área de atuação

Áreas de atuação	2011				2012				2013			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Execução orçamental (a)	17		6	23	12	1	2	15	17	2	4	23
Saúde	6	3		9	5		1	6	5	1	1	7
Educação e cultura	4	4	1	9	11	2	1	14	4		1	5
F. econ., sociais e fundos com	8	1		9	7	1		8	5	1		6
F. gerais de soberania	10		2	12	8	2	3	13	9		2	11
Segurança social e emprego	1		2	3								
Adm. local e SPE autárquico	6	3	3	12	1	9	1	11	2	1	1	4
SPE - Estado e regional	4	2	1	7	6		2	8	4	1		5
Associações e fundações		1		1						1	1	2
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>85</b>	<b>50</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>75</b>	<b>46</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>63</b>

(a) Inclui "Segurança Social" em 2012 e 2013

### Número de auditorias por tipologia e VEC concluídas de 2011 a 2013

Auditorias/ VEC	2011				2012				2013			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Projeto ou programa	4	1		5	3	1		4	3	1		4
Sistemas	1			1								
Financeira	14	1	1	16	11		1	12	12	2	1	15
Horizontal	1			1	1			1				
Integrada		2		2	2	3		5		1		1
De seguimento	6		2	8	8	1		9	8		2	10
Ambiental	1			1	1			1	1			1
Operacional ou de resultados	9			9	7			7	5			5
Orientada	19	10	11	40	15	10	8	33	16	3	6	25
Verificação externa de contas	1		1	2	2		1	3	1		1	2
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>85</b>	<b>50</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>75</b>	<b>46</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>63</b>

## 5.2. Lista de auditorias por área de atuação

Apresenta-se, a seguir, a lista das auditorias concluídas, com indicação do número de recomendações formuladas.

## Controlo sucessivo - Auditorias concluídas em 2013

N.º relat.	Área /Objeto da auditoria	N.º recom. (a)
<b>Execução do orçamento do Estado, do orçamento da Segurança Social e dos orçamentos das Regiões Autónomas</b>		
05/13-2.ª S	Controlo da Receita de IVA autoliquidado	6
13/13-2.ª S	Controlo da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE relativa aos segundo a sexto desembolsos do empréstimo concedido à República Portuguesa pelo Fundo Monetário Internacional	-
15/13-2.ª S	Cumprimento da Unidade de Tesouraria por Empresas Públicas	7
28/13-2.ª S	Acompanhamento dos mecanismos de assistência financeira a Portugal	10
(b)	Tesouraria do Estado - Controlo da Tesouraria	
(b)	Organismos do Ministério das Finanças - Controlo dos Sistemas de Informação Tributários	
(b)	Receita da Administração Central do Estado - Acomp. De Recomendações de Auditoria	
(b)	Património Imobiliário da Administração Central do Estado - Acomp. de Recomendações de Auditoria	
(b)	Tesouraria do Estado - Acomp. de Recomendações de Auditoria	
(b)	Organismos do Ministério das Finanças - Acomp. de Recomendações de Auditoria	
(b)	Organismos do Ministério das Finanças - Serviços Integrados	
(b)	Organismos do Ministério das Finanças - Serviços e Fundos Autónomos	
(b)	Disponibilidades da Segurança Social	
(b)	Imobilizado da Segurança Social	
(b)	Contribuições para a Segurança Social	
(b)	Pensões Atribuídas pela Segurança Social	
(b)	Prestações de Desemprego Atribuídas pela Segurança Social	
05/13-SRA	Conformidade legal de apoios financeiros atribuídos e pagos pela Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e avaliação dos sistemas de acompanhamento e controlo instituídos	9
09/13-SRA	Execução financeira dos protocolos celebrados entre a Segurança Social e as IPSS, em 2011, e sistema de controlo interno	2
08/13-SRM	Apoios concedidos pela RAM às instituições sem fins lucrativos, no âmbito da construção ou conservação do património religioso, em 2011	18
09/13-SRM	Execução da Lei de Meios em 2011	32
13/13-SRM	Aplicação da Lei de Meios em 2012	32
23/13-SRM	Seguimento das recomendações formuladas no Relatório n.º 7/2010-FS/SRMTC (Indemnizações compensatórias concedidas pela ARD)	-
<b>Funções económicas, Sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos Comunitários</b>		
19/13-2.ª S	Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP)	13
23/13-2.ª S	Direção-geral das Atividades Económicas - Gerência de 2011	16
27/13-2.ª S	Programa Operacional Regional do Norte (ON.2)	6
29/13-2.ª S	Programa Operacional Regional do Alentejo - INALENTEJO	9
01/14-2.ª S	Medida Pesca do Programa de Investimento do MAMAOT	14
10/2013-SRA	Investimento e financiamento da obra de requalificação e reordenamento da frente marítima da cidade da Horta, entre fevereiro de 2002 e abril de 2013.	12
<b>Funções Gerais de Soberania</b>		
04/13-2.ª S	Supremo Tribunal Administrativo - Ano 2011	9
10/13-2.ª S	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras: ano de 2011	5
17/13-2.ª S	Contrato de arrendamento do imóvel para instalação do Tribunal da Maia	-
22/13-2.ª S	Auditoria a pagamentos a magistrada do Ministério Público em acumulação de funções: 2003 a 2010	1
26/13-2.ª S	Acompanhamento de recomendações formuladas em 15 relatórios de auditoria do Tribunal de Contas nas áreas da Administração Interna, Defesa, Justiça, Negócios Estrangeiros e Encargos Gerais do Estado	3

Parecer	Parecer sobre a conta da Assembleia da República	1
02/14-2.ª S	Acompanhamento Permanente da LPM: VBR (PANDUR)	7
04/14-2.ª S	Remunerações no Exército: militares na situação de reserva	8
02/13-VEC-2.ª S	Exame das contas do Tribunal de Contas - Sede - 2012	-
22/13-SRM	Conta da Assembleia Legislativa da Madeira - 2012	6
16/13-VEC-SRM	Verificação Externa à Conta do Tesoureiro do Governo Regional – 2012	-

### Ciência, Inovação e Ensino Superior, Educação, Cultura e Desporto

07/13-2.ª S	Faculdade de arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa	16
14/13-2.ª S	Relações técnicas, institucionais e financeiras da UP, UM e IPP com entidades de direito privado	30
20/13-2.ª S	Instituto Politécnico de Viseu	5
	ESO - European Organization for Astronomical Research in Southern Hemisphere - gerência de 2012	-
17/13-SRM	Universidade da Madeira na sequência da factualidade enunciada no Relatório da Inspeção-Geral do ex-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	5

### Saúde

12/13-2.ª S	Remunerações mais elevadas pagas pelas unidades hospitalares que integram o Serviço Nacional de Saúde	38
16/13-2.ª S	Consolidação de contas e análise à situação económico-financeira do SNS – 2011	18
21/13-2.ª S	Seguimento das recomendações do Relatório de Auditoria n.º 11/2011 – 2.ª Secção	19
24/13-2.ª S	Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, EPE - Seguimento de recomendações formuladas no Relatório de Auditoria n.º 14/2012 - 2.ª S	15
30/13-2.ª S	Exercício de 2011 - Administração Central do Sistema de Saúde	28
4/13-SRA	Acolhimento das recomendações formuladas, entre 2010 e 2012, sobre a aplicação do POCMS e aferição do ponto de situação da implementação do Sistema de Informação da Saúde - Açores Região Digital	5
10/13-SRM	Avaliar o grau de acatamento das recomendações formuladas no relatório n.º 15/2007 (Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira, IP - RAM)	-

### Administração Local e SPE Autárquico

08/13-2.ª S	Município de Cascais	16
09/13-2.ª S	Auditoria Financeira ao Município do Alandroal	16
6/13-SRA	Formação e execução financeira de contrato-programa celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Associação Cultural Angrense em 2010	1
3/13-SRM	Cumprimento do plano de saneamento financeiro da Câmara Municipal da Calheta	6

### SPE da Administração Central e Regional e Entidades Reguladoras

06/13-2.ª S	APVC – Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A.	15
11/13-2.ª S	Desempenho de empresas públicas - CARRIS	13
18/13-2.ª S	Encargos do Estado com PPP na Saúde	11
25/13-2.ª S	APFF – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	19
2/13-SRA	Relacionamento financeiro entre a Lotaçor, S.A., e outras entidades, decorrentes da atividade de exploração normal da empresa, entre 2009 e 2011.	2

### Associações e Fundações

3/13-SRA	Atividades desenvolvidas pela Associação Portas do Mar, em decorrência de contratos-programa e protocolos, bem como apoios financeiros públicos recebidos durante o período de 2008 a 2011	7
18/13-SRM	ASA – Associação de desenvolvimento de Santo António – 2010/2011	10

- (a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram contadas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam.
- (b) Auditorias que contribuem para o PCGE sem relatório autónomo aprovado pelo Tribunal.

### 5.3. Lista das irregularidades

#### CONTROLO SUCESSIVO - Irregulares/ilegalidades detectadas nas auditorias e Pareceres - 2013

Dep.	Montante (em euros)	Relatório	Breve descrição da irregularidade
<b>Execução do orçamento do Estado, do orçamento da Segurança Social e do orçamento das Regiões Autónomas</b>			
DA I	39 000 000	Parecer CGE de 2012	<b>Sobrevalorização da despesa</b> inscrita na CGE por transferências de verbas para as contas dos próprios organismos para utilização no ano orçamental seguinte
	659 000 000		<b>Subvalorização da despesa</b> pela transferência de dotações orçamentais do Cap. 60 – Despesas Excepcionais para contas específicas do tesouro
	24 900 000		<b>Subvalorização das despesas</b> do Estado constantes da CGE de 2012 em €20,0 M no que respeita aos juros da dívida pública e em €4,9 M no que respeita às amortizações da dívida
	722 900 000	Total DA I	
DA II		Parecer CGE de 2012	<b>Incumprimento de princípios e regras orçamentais</b> (anualidade, unidade e universalidade, não compensação, não consignação e especificação) bem como do princípio da unidade de tesouraria
			Receita por registar
	891 894 980		IVA – Receita afeta à Segurança Social
	514 076 271		Contribuição de Serviço Rodoviário afeta às Estradas de Portugal
	377 222 986		IRS – Receita afeta aos Municípios (participação variável)
	696 330 476		Receita Fiscal afeta a outros serviços da administração central
	2 894 256 603		Receita de Operações Extraorçamentais por registar na CGE
	1 079 734 407		Benefícios Fiscais - IRC – Despesa Fiscal por registar na CGE
	3 682 655		Património Imobiliário - Cobrança de receita de alienação de imóveis por registar
			Operações de Tesouraria
	282 012 453		Verbas de Serviços da Administração Central fora do Tesouro em 31- 12- 2012
	424 794 243		Verbas de Empresas Públicas fora do Tesouro em 31- 12- 2012
	9 850 258		Rendimentos obtidos com verbas fora do Tesouro em 2012
7 173 855 331	Total DA II		
DA VII	62 500 000	Parecer CGE de 2012	<b>Garantias prestadas</b> no âmbito das Linhas de Crédito de Apoio à Economia social através da constituição pelo IGFSS de depósitos a prazo junto do Montepio Geral, que <b>não</b> foram <b>precedidas da necessária autorização parlamentar</b> prevista no artigo 161.º, alínea h), da CRP
	442 700 000		A inadequada contabilização de verbas por entidades que integram os subsectores da Administração Central e da Segurança Social teve como consequência uma <b>duplicação de receita e de despesa na Conta Geral do Estado</b> , uma vez que tais valores não foram eliminados pela DGO em sede de consolidação
	122 300		As immobilizações corpóreas incluem um montante registado na conta 448 – Adiantamentos por conta de immobilizações corpóreas, com antiguidade superior a 10 anos e para o qual o Instituto de Segurança Social não dispõe de documentação comprovativa
	19 600 000		A despesa orçamental inclui indevidamente um valor de prestações sociais devolvidas à segurança social e que se encontravam na posse desta no final do ano
	101 900 000		A conta de prestações sociais a repor apresenta um desvio nas demonstrações financeiras relativamente ao existente no sistema auxiliar de contas correntes dos beneficiários
	472 100		Continuam relevadas na conta “Outros devedores de cobrança duvidosa” do balanço do Fundo de Socorro Social <b>dívidas</b> que já se encontram <b>prescritas</b> , pelo menos desde 1999
	1 900 000		<b>Incumprimento</b> pela segurança social da obrigação legal de <b>devolução de saldos</b> anuais à administração central relativamente a financiamentos destinados a suportar encargos com subsídio de renda
	629 194 400		Total DA VII
SRA	1 922 730	Parecer CRAA de 2012	Pagamento de remuneração compensatória, em 2012, aos trabalhadores da Administração Regional sem enquadramento legal.
	13 125 892		Atribuição e pagamento de apoios financeiros, em 2012, sem enquadramento legal
	21 580 734		Não aplicação da receita proveniente da privatização de parte do capital social da EDA, S.A., realizada em 2005, na amortização da dívida pública regional e/ou em novas aplicações de capital no sector produtivo regional

SRA	2 342 290	5/13-SRA	Apoios financeiros atribuídos sem enquadramento legal
	1 772 000		Atribuição de apoio financeiro sem qualquer suporte documental.
	1 244 000		Apoios concedidos a pessoas singulares ou coletivas exteriores ao setor público administrativo sem a necessária publicação semestral no <i>Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores</i>
	2 592 290		Apoios financeiros pagos sem certificação da regularidade da situação dos beneficiários perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.
44 579 937		<b>Total SRA</b>	
SRM	448 700 000	Parecer CRAM de 2012	A Conta da RAM <b>não</b> observou o <b>princípio do equilíbrio orçamental</b> estabelecido no art.º 4.º, n.º 2, da LEORAM, dado que o saldo primário apresentou um défice de 448,7 milhões de euros.
	374 500	8/13-SRM	Não inclusão desta dívida, emergente do contrato-programa assinado com a Fábrica da Igreja Paroquial de São Tiago, no reporte de informação financeira à DGO e ao INE.
	467 000		Na aplicação do financiamento público concedido à Fábrica da Igreja Paroquial do Campanário, atento o seu valor global e o custo das 3 fases da obra "de recuperação e restauro da Igreja do Campanário", <b>não</b> se atendeu ao <b>princípio da unidade da despesa</b>
	926 700	13/13-SRM	A extinta Secretária Regional do Equipamento Social não tinha base legal para assumir e pagar esta despesa a título de suprimento de erros numa aquisição de serviços de limpeza em ribeiros e ribeiras
	286 300	23/13-SRM	As compensações financeiras atribuídas à União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha da Madeira, no montante de 146,8 mil euros em 2010 e de 139,46 mil euros em 2011, não encontram justificação à luz dos art.ºs 3.º e 4.º do DL n.º 167/2008, de 26 de agosto
450 754 500		<b>Total SRM</b>	
<b>9 021 284 167</b>		<b>Total execução orçamental</b>	

#### Funções económicas, Sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos Comunitários

DA III	4 168 686	19/13	Não publicação dos montantes transferidos para a Agência para a Energia pela Direção-Geral de Energia e Geologia, no período de 2006 a 2011 (n.º 1 da Lei n.º 26/94)
	318 215		Falta de publicação do anúncio de pré- informação e no portal dos contratos públicos dos ajustes diretos; não realização do procedimento pré-contratual legalmente exigido (art.ºs 34.º, 127.º, 130.º e 162.º do CCP)
	50 362	23/13	Valores que o mapa de fluxos de caixa da gerência de 2011 não refletia
	1 169		Montante indevidamente pago por não aplicação da redução remuneratória (art.º 22.º da Lei do Orçamento do Estado para 2011 e art.º 69.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 29-A/2011)
	393 663	27/13	Especificações técnicas discriminatórias, art.º 65.º do DL 59/99, e art.ºs 10.º e 11.º do DL 197/99
	296 831	29/13	Fracionamento do valor da despesa e realização de procedimento pré-contratual ilegal (art.ºs 20.º e 22.º do CCP)
5 228 926		<b>Total DA III</b>	
SRA	3 038 434	10/13-SRA	Adiantamentos por <i>contra-fatura</i> recebidos em 2013, no âmbito do processo de financiamento comunitário, não regularizado dentro do prazo legal ou regularizados parcialmente
	3 038 434		<b>Total SRA</b>
<b>8 267 360</b>		<b>Total de Funções económicas, Sociais e Fundos Comunitários</b>	

#### Funções Gerais de Soberania

DA IV	2 000	4/13	Não contabilização de receita relativa a depósito da Direção-Geral da Administração da Justiça
	2 000		Não contabilização de receita proveniente de atos avulsos pagos em numerário (ou ATM) e ou transferências da Autoridade Tributária Aduaneira
	400		Pagamentos indevidos de despesas com pessoal, por irregularidades diversas
	21 000		Inexistência de fundamento legal para pagamento de "Suplemento de Disponibilidade Permanente"
	300	4/14	Processamento deficiente de "Suplemento de risco" e de "Suplemento por serviço nas forças de segurança"
	63 000		Erros no processamento de abono por cessação definitiva de funções por utilização de diferentes fórmulas de cálculo
	15 000	Descontos para a CGA não efetuados	
	103 700		<b>Total DA IV</b>

SRM	84 010	22/13-SRM	Pagamentos ilegais de subsídios de férias e de Natal a pessoal pertencente aos gabinetes de apoio aos grupos e representações parlamentares da ALM
	283 218		Pagamento indevido de subsídios de reintegração a ex- deputados
	367 228	<i>Total SRM</i>	
<b>470 928</b>		<b>Total Funções Gerais de Soberania</b>	
<b>Ciência, Inovação e Ensino Superior, Educação, Cultura e Desporto</b>			
DA V	750 000	14/13	<b>Assunção ilegal</b> , por parte da Universidade do Porto, de uma <b>garantia pessoal</b> a favor da UPTEC- Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela, em 2008, através de carta de conforto
	11 628	7/13	Autorização de despesa, em 2004, e <b>pagamentos ilegais e indevidos</b> do mesmo montante, ocorridos entre 2005 e 2010, relativos ao pagamento de <b>subsídios de férias e de Natal</b> , a um prestador de serviços, na modalidade de avença
	231 761		<b>Não entrega</b> e utilização dos valores relativos às <b>quotas dos trabalhadores</b> da Faculdade de Arquitetura, devidos à <b>Caixa Geral de Aposentações</b> , no ano de 2010
	26 651	20/13	<b>Pagamentos ilegais e indevidos</b> entre janeiro de 2004 e agosto de 2008, ao anterior presidente do Instituto Politécnico de Viseu, a título de despesas de representação
	6 300		Despesas ilegais no valor total de 6 300€ <b>pagamentos ilegais e indevidos</b> na importância de 6 238,75€ relativos à celebração de contratos de prestação de serviços, sob a forma de tarefa, para o exercício de atividade docente, em violação deste regime, bem como do regime de dedicação exclusiva
	1 026 340		<i>Total DA V</i>
SRM	1 408 020	10/13-SRM	Falta de reposição nos cofres públicos, por parte de um clube desportivo, dos apoios indevidamente recebidos
	12 348 920		Falta de contabilização de apoios financeiros concedidos
	86 868	17/13-SRM	<b>Remunerações</b> processadas e <b>pagas ilegalmente</b> a docentes e a pessoal que apoiou administrativamente a realização de cursos de mestrado (Universidade da Madeira)
	13 843 808	<i>Total SRM</i>	
<b>14 870 148</b>		<b>Total Ciência, Inovação e Ensino Superior, Educação, Cultura e Desporto</b>	
<b>Saúde</b>			
DA VI	254 364	20/13	Realização de horas extraordinárias, para além do limite legal
	2 711 017		Realização de várias cirurgias que originaram uma duplicação de pagamentos que se consideram ilegais e eventualmente indevidos
	966		Pagamentos indevidos e ilegais a médicos em regime de exclusividade
	79 877		Pagamento a uma médica de um "subsídio mensal de interioridade" e de "um abono mensal de ajudas de custo e de subsídio de transporte" que se consideram ilegais e indevidos
	90 000		Pagamentos faturados à margem das respetivas retribuições, para além de terem sido ainda efetuados pagamentos a sociedades que não foram partes contratantes
	716 165		O valor/hora contratado em 2006 com a empresa "Jorge Vila, Lda." para a prestação de cuidados médicos de anestesiologia no serviço de urgência foi muito superior ao valor/hora de referência fixado pela Administração Central do Sistema de Saúde
	3 852 389		<i>Total DA VI</i>
<b>3 852 389</b>		<b>Total Saúde</b>	
<b>Administração Local e Setor Empresarial Local</b>			
DA VIII	1 983 313	8/13	Irregularidades do Município de Cascais
	5 396 333	9/13	Irregularidades diversas do Município do Alandroal
	7 379 646	<i>Total DA VIII</i>	
SRM	1 017 885	3/12-SRM	Desorçamentação de despesas municipais, as quais foram indevidamente assumidas pela empresa municipal "SolCalheta, E.M."
	1 391 440		Omissão da contabilização de faturas pela empresa municipal "SolCalheta, E.M."
	2 409 325	<i>Total SRM</i>	
<b>9 788 972</b>		<b>Total Administração Autárquica</b>	



*Associações e Fundações*

SRA	51 618	3/13-SRA	Verba recebida no âmbito do Contrato- Programa celebrado para o período 2011/2012, entre a Associação Portas do Mar (APM) e a Secretaria Regional da Economia/Direção Regional do Turismo (SRE/DRT), cuja aplicação não foi devidamente comprovada documentalmente.
	57 000		Verba recebida no âmbito do Contrato- Programa celebrado em 2009, entre a APM e a DRJ, cuja aplicação não foi devidamente comprovada documentalmente.
	57 000		Verba recebida no âmbito do Contrato- Programa celebrado em 2009, entre a APM e a SREF/DRE, cuja aplicação não foi devidamente comprovada documentalmente.
	84 600		Ausência dos justificativos dos serviços prestados por terceiros, que suportam a fatura de venda n.º 5000028, de 23- 11- 2009.
	250 218	<i>Total SRA</i>	
<b>307 218</b>		<b>Total Associações e Fundações</b>	
<b>9 058 841 182</b>		<b>Total geral - Pareceres e auditorias</b>	

*Verificação interna de contas*

Sede	119 151	Irregularidades envolvendo situações sobretudo de: ultrapassagem do limite de endividamento líquido previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2011; e existência de encargos sem o correspondente crédito orçamental
SRA	173 043	
SRM	11 627 231	
<b>11 919 424</b>		<b>Total Verificação interna de contas</b>
<b>9 070 760 606</b>		<b>Total geral - Pareceres, auditorias e VIC</b>
Sede	8 543 716 883	
SRA	48 041 632	
SRM	479 002 092	

#### 5.4. Lista das poupanças conhecidas em 2013

##### **CONTROLO SUCESSIVO - Montantes poupados/ recuperados/ aumentos de receita decorrentes da implementação de recomendações do TC, conhecidos em 2013**

Dep.	Montante (em €)	N.º do Relatório	Breve descrição do impacto
<b>Execução do orçamento do Estado, do orçamento da Segurança Social e do orçamento das Regiões Autónomas</b>			
DA VII	2 577	20/09	<b>Recuperado um adiantamento</b> de verbas da Segurança Social sem lei permissiva para o efeito
	35 013	16/07	<b>Recuperada a dívida</b> à Segurança Social da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (ex- Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral) proveniente de um adiantamento
	37 590	<i>Total DAVII</i>	
<b>Funções Gerais de Soberania</b>			
DA IV	2 000	33/12	<b>Regularizações das reduções remuneratórias</b>
	400	4/13	<b>Reposições</b> de diversas despesas com pessoal
	21 000		<b>Reposição</b> de “Suplemento de Disponibilidade Permanente”.
	300		<b>Reposição</b> de “Suplemento de risco”
	4 000		<b>Reposição de</b> “Suplemento por serviço nas forças de Segurança”.
	27 700	<i>Total DA IV</i>	
<b>Ciência, Inovação e Ensino Superior, Educação, Cultura e Desporto</b>			
DA V	24 081	20/13	<b>Reposição por pagamentos ilegais e indevidos</b>
	196 343		<b>Cobrança de dívida</b> de alunos
	696 448	14/13	<b>Liquidação do património</b> da Universidade do Porto, SGPS
	43 046 410	9/12	<b>Sanções contratuais</b> por incumprimento de prazos de execução de obra pelo empreiteiro aplicadas pela Parque Escolar, EPE
	43 963 282	<i>Total DA V</i>	
<b>Sector Empresarial do Estado</b>			
DA IX	20 100	6/13	Valor recuperado pela Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A (devidos pela entidade subconcessionária e pela CM de Viana do Castelo) devido à melhoria do acompanhamento da execução de contratos de subconcessão resultante da ação do TC
	316 500	25/13	Valor arrecadado pela Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A .devido à <b>melhoria do sistema de cobrança dos licenciamentos</b> , ocorrida após o TC ter demonstrado as deficiências nele existentes
	336 600	<i>Total DA IX</i>	
<b>Associações e Fundações</b>			
SRA	57 000	3/13-SRA	Verba devolvida à Direção Regional da Juventude por via do apoio concedido através do contrato-programa celebrado em 2009 à Associação Portas do Mar, cuja aplicação não foi devidamente comprovada documentalmente.
	57 000		Verba devolvida à Direção Regional da Educação por via do apoio concedido através do contrato-programa celebrado em 2009 à Associação Portas do Mar, cuja aplicação não foi devidamente comprovada documentalmente
	114 000	<i>Total SRA</i>	
	<b>44 451 472</b>	<b>Total</b>	
Sede	44 337 472		
SRA	114 000		
SRM	0		

## 5.5. Verificação interna de contas

A competência de fiscalização sucessiva do Tribunal também se exerce através da verificação interna das contas dos organismos sujeitos à jurisdição do Tribunal e não isentos de prestação de contas, nos termos da Lei.

### Verificação interna de contas em 2013, Sede e Secções Regionais

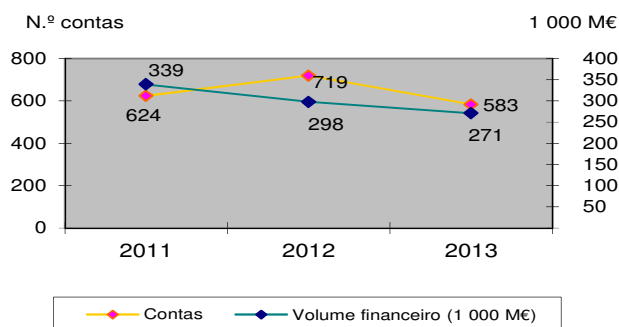
Sede e SRs	Contas homologadas		Das quais com recomendações	Recusada a homologação		Entidades a que respeitam as contas		Vol. Financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Milhares de euros	%
Sede	470	82%	65	5	63%	417	81%	267 157 010	98,7%
SRA	45	8%	39			45	9%	1 549 785	0,6%
SRM	60	10%		3	38%	53	10%	1 866 159	0,7%
<b>Total</b>	<b>575</b>	<b>100%</b>	<b>104</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>	<b>515</b>	<b>100%</b>	<b>270 572 954</b>	<b>100%</b>

### Verificação interna de contas em 2013, por Administração

Administração	Contas homologadas		Das quais com recomendações	Recusada a homologação		Entidades a que respeitam as contas		Vol. Financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Milhares de euros	%
Adm. Central	369	64%	19	2	25%	331	64%	265 939 885	98,3%
Adm. Autárquica	151	26%	71	5	63%	133	26%	2 651 489	1,0%
Adm. Regional	55	10%	14	1	13%	51	10%	1 981 580	0,7%
<b>Total</b>	<b>575</b>	<b>100%</b>	<b>104</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>	<b>515</b>	<b>100%</b>	<b>270 572 954</b>	<b>100%</b>

### Verificação interna de contas – evolução Sede e Secções Regionais

N.º de Contas / Volume financeiro



### Verificação interna de contas em 2012 e 2013,

Sede e SRs	2012		2013	
	N.º contas	Vol. Financeiro (milhares de euros)	N.º contas	Vol. Financeiro (milhares de euros)
Sede	585	294 769 752	475	267 157 010
SRA	70	1 717 204	45	1 549 785
SRM	64	1 220 428	63	1 866 159
<b>Total</b>	<b>719</b>	<b>297 707 383</b>	<b>583</b>	<b>270 572 954</b>
		<i>Variação</i>	-19%	-9%

### 5.6. Relatórios de órgãos de controlo interno

Nos termos da LOPTC, os órgãos de controlo interno devem remeter ao TC os relatórios das suas ações sempre que contenham matéria de interesse para a ação do Tribunal. Em 2013 foram recebidos relatórios, designadamente, da Inspeção-Geral de Finanças, da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, da Direcção-Geral dos Impostos/Autoridade Tributária e Aduaneira, da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, da Inspeção Geral das Atividades Culturais e da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

#### Relatórios de órgãos de controlo interno em 2013 Sede e Secções Regionais

	Transitados do período anterior	Entrados	Analisados no período		A transitar	
			Concluídos	Em curso		
						Remetidos ao MP
1	2	3	4	5	6 (+2-3)	
Entidades*:						
Adm. Central	322	30	44	37	148	308
Adm. Autarquica	51	22	49	46	26	24
Adm. Regional	2	1	2	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>375</b>	<b>53</b>	<b>95</b>	<b>84</b>	<b>175</b>	<b>333</b>

\* Entidades auditadas/inspeccionadas

#### Relatórios de órgãos de controlo interno em 2012 e 2013

	Analisados em 2012			Analisados em 2013		
	Concluídos	Remetidos ao MP	Em curso	Concluídos	Remetidos ao MP	Em curso
Sede	62	56	181	88	81	170
SRA	6		4	5	1	5
SRM	1	1	2	2	2	
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>57</b>	<b>187</b>	<b>95</b>	<b>84</b>	<b>175</b>

## 5.7. Denúncias, queixas, exposições e pedidos de esclarecimento

As participações, exposições e queixas recebidas no Tribunal e relacionadas com a sua função de controlo são analisadas e, sempre que tenham facticidade pertinente, são efetuadas as diligências consideradas necessárias. A análise dos processos de denúncias e queixas podem levar à realização de ações de fiscalização por parte do Tribunal.

### *Denúncias, queixas e pedidos de esclarecimento em 2013, por Administração*

	Transitados do período anterior	Entrados	Analisados no período			A transitar
			Concluídos		Em curso	
				Remetidos ao MP		
1	2	3	4	5	6 (1+2-3)	
Entidades:						
Adm. Central	101	101	92	1	67	110
Adm. Local	68	123	83	3	109	108
Adm. Regional		4	3	1	1	1
SPE	1	3	3		1	1
<b>TOTAL</b>	170	231	181	5	178	220

### *Denúncias, queixas e pedidos de esclarecimento em 2012 e 2013, Sede e Secções Regionais*

	Analisados em 2012			Analisados em 2013		
	Concluídos		Em curso	Concluídos		Em curso
		Remetidos ao MP			Remetidos ao MP	
Sede	163		108	165	1	175
SRA	2		1	9		
SRM	2	2	4	7	4	3
<b>Total</b>	167	2	113	181	5	178

## 6. A EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Sempre que os relatórios das ações de controlo do Tribunal, bem como os relatórios das ações dos órgãos de controlo interno, evidenciem factos constitutivos de responsabilidade financeira, os respetivos processos são remetidos ao Ministério Público, a quem compete requerer, perante a **3.ª Secção e as Secções Regionais**, o julgamento dos processos de efetivação de responsabilidades financeiras.

A **responsabilidade financeira** pode ser **reintegratória** ou **sancionatória**. A primeira decorre de atos ilícitos, ou omissões, de que tenha resultado um prejuízo financeiro para o Estado, e traduz-se na imposição aos responsáveis por tais condutas da reposição das importâncias correspondentes aos danos causados. A sancionatória ocorre quando, por ação ou omissão, culposamente, se violem normas financeiras, enunciando a Lei<sup>1</sup>, no artigo 65.º, algumas condutas concretas violadoras da legalidade financeira e que são sancionadas com multa.

O Tribunal pode ainda sancionar **outras infrações**, as enunciadas no artigo 66.º da LOPTC, competindo às 1.ª e 2.ª Secções e Secções Regionais aplicá-las. Podem também relevar a responsabilidade por infração financeira (art.º 65 da LOPTC) apenas passível de multa nos termos previstos na Lei.

Os responsáveis indiciados podem pôr fim ao processo sancionatório através do pagamento voluntário da multa pelo seu mínimo, nos termos do disposto no artigo 65.º, n.º 3, e no artigo 69.º, n.º 2, alínea d), da LOPTC.

### 6.1. Infrações financeiras – pagamento voluntário e relevação de responsabilidades

#### *Multas do art.º 65 para pagamento voluntário - 1.ª e 2.ª Secções, SRA e SRM*

	2011			2012			2013		
	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)
No âmbito do controlo prévio	1	1	3 060						
No âmbito do controlo concomitante	3	10	14 860	1	2	2 970	1	1	1 440
No âmbito do controlo sucessivo	2	6	8 032				2	2	3 060
Total	6	17	25 952	1	2	2 970	3	3	4 500

Os três processos de 2013 para pagamento voluntário tiveram origem na Secção Regional dos Açores.

As multas do art.º 65 não pagas voluntariamente na primeira fase, são remetidas ao MP. A convite deste, antes da instauração de processo de efetivação de responsabilidades, querendo, os responsáveis indiciados podem ainda apresentar-se para efetuar o pagamento voluntário da multa. Os 54 processos de 2013 que constam do quadro seguinte tiveram origem: 10, no valor de € 45 865, na 1.ª Secção; 22, no valor de € 40 388, na 2.ª Secção; 2, no valor de € 7 380, na SRA; 7, no valor de € 28 156, na SRM; e 13, no valor de 60 672, em Órgãos de Controlo Interno.

<sup>1</sup> Lei de Organização e Processo do TC (Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto - LOPTC).

**Multas do art.º 65 para pagamento voluntário após notificação do MP  
Sede e Secções Regionais**

	2011			2012			2013		
	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)
Em processos de controlo prévio							9	12	29 223
No âmbito do controlo concomitante	12	35	51 879	27	50	138 433	5	18	42 758
No âmbito do controlo sucessivo	12	47	109 929	21	64	115 408	27	36	49 808
Em processos de órgãos de controlo interno	9	23	30 567	14	30	52 695	13	42	60 672
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>105</b>	<b>192 375</b>	<b>62</b>	<b>144</b>	<b>306 536</b>	<b>54</b>	<b>108</b>	<b>182 460</b>

Em 2013 foi, ainda, relevada a responsabilidade sancionatória por infrações do art.º 65 em 19 processos - 3 da 1.ª Secção, 6 da 2.ª Secção, 2 da Secção Regional dos Açores e 8 da Secção Regional da Madeira. O quadro seguinte apresenta os dados por tipologia de controlo para os anos de 2011 a 2013.

**Multas do art.º 65 - relevação de responsabilidades sancionatórias  
1.ª e 2.ª Secções, SRA e SRM**

	2011		2012		2013	
	N.º processos	N.º de demandados	N.º processos	N.º de demandados	N.º processos	N.º de demandados
No âmbito do controlo prévio	1	1	1	7	9	11
No âmbito do controlo concomitante	4	4	7	10	2	3
No âmbito do controlo sucessivo	21	122	8	37	8	14
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>127</b>	<b>16</b>	<b>54</b>	<b>19</b>	<b>28</b>

## 6.2. Outras infrações

**Multas do art.º 66 - 1.ª e 2.ª Secções, SRA e SRM**

	2011			2012			2013		
	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (em euros)
No âmbito do controlo prévio	2	2	1 530	16	16	11 730	4	4	4 845
No âmbito do controlo concomitante	16	18	18 660	22	22	13 770	13	13	6 645
No âmbito do controlo sucessivo	26	29	17 970	49	53	24 450	21	21	17 241
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>49</b>	<b>38 160</b>	<b>87</b>	<b>91</b>	<b>49 950</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	<b>28 731</b>

Das multas do art.º 66 aplicadas em 2013 (em 38 processos), 16, no valor de € 10 965, foram-no pela 1.ª Secção, 13, no valor de € 13 056, foram-no pela 2.ª Secção, 1, no valor de € 510, pela SRA e 8, no valor de € 4200, pela SRM.

Foi, também, relevada a responsabilidade sancionatória por infrações do art.º 66.º em 37 processos - 11 da 1.ª Secção, 24 da 2.ª Secção e 2 da SRA - cuja origem por tipologias de controlo consta do quadro seguinte, que integra também dados de anos anteriores.

**Multas do art.º 66 - relevação de responsabilidades sancionatórias  
1.ª e 2.ª Secções, SRA e SRM**

	2011		2012		2013	
	N.º proces- sos	N.º de deman- dados	N.º processos	N.º de deman- dados	N.º processos	N.º de deman- dados
No âmbito do controlo prévio	53	53	24	24	7	7
No âmbito do controlo concomitante	81	81	26	27	6	6
No âmbito do controlo sucessivo			4	4	24	34
Total	134	134	54	55	37	47

**6.3. Responsabilidade financeira – 3.ª Secções e Secções Regionais**

A efetivação de responsabilidades financeiras cabe à 3.ª Secção, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira.

Em 2013, dos processos de efetivação de responsabilidades financeiras introduzidos pelo Ministério Público que corriam termos na 3.ª Secção e nas Secções Regionais, foram extintos os respetivos procedimentos, por pagamento voluntário, em 3 processos, foi indeferido liminarmente 1 processo e foram julgados 36 (cf. quadros seguintes).

**Efetivação de responsabilidades financeiras em 2013  
3.ª Secção e Secções Regionais**

Tipos de processo	Transitados	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento			Julgados			Remetidos ao arquivo	Em curso
			Indeferimen- to liminar	Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condena- tória	Sentença absolutória	Conv ersão de reposição em pag.º multa		
Julgamento de contas	3									3
Artº 59.º e 60.º da Lei 98/97	1									1
Artº 59º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	2									2
Artº 65.º da Lei 98/97										
Julgamento de resp. financeira	27	37	1	3	1	25	9	2	17	47
Artº 59.º e 60.º da Lei 98/97	1	1				1		1	1	1
Artº 59º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	10	7				6	2	1	2	15
Artº 65.º da Lei 98/97	16	29	1	3	1	18	7		14	31
Processo autónomo de multa										
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>37</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>50</b>

Processos em curso = Transitados+distribuídos-arquivados



### Efetivação de responsabilidades financeiras em 2013

Secções	Transitados	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento			Julgados			Remetidos ao arquivo	Em curso
			Indeferimento liminar	Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória	Conversão de reposição em pag.º multa		
3.ª Secção	27	24		2	1	22	6	2	14	37
Secção Regional dos Açores		6		1		2				6
Secção Regional da Madeira	3	7	1			1	3		3	7
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>37</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>50</b>

A 3.ª Secção, em Plenário, apreciou os recursos interpostos, tendo proferido 26 acórdãos em processos de julgamento de contas, de julgamento de responsabilidades financeiras, de matéria emolumentar e de multas aplicadas. O quadro seguinte apresenta o detalhe dos dados.

### Recursos ordinários em 2013 – Plenário da 3.ª Secção

Tipos de processo	Transitados	Distribuídos no ano	Julgados		Remetidos à 1.ª instância	Em curso
			Procedentes	Improcedentes		
<b>Em matéria de resp. financeiras</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>8</b>
<i>Julgamento de contas</i>	1	2	1	1	2	1
<i>Artº 59º, 60.º e 65.º da Lei 98/97</i>	1	2	1	1	2	1
<i>Julgamento de resp. financeira</i>	11	8	6	3	12	7
<i>Artº 59.º e 60.º da Lei 98/97</i>	1		1		1	
<i>Artº 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97</i>	3	2	3	1	3	2
<i>Artº 65.º da Lei 98/97</i>	7	6	2	2	8	5
<b>Em matéria emolumentar (2.ª S e SR)</b>	<b>1</b>				<b>1</b>	
<i>Emolumentos fixados pela 2.ª S</i>	1				1	
<b>De multas</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
<i>Aplicadas pela 1.ª Secção</i>		9	1	3	3	6
<i>Aplicadas pela 2.ª Secção</i>	1	3	2	1	1	3
<i>Aplicadas na SRA</i>						
<i>Aplicadas na SRM</i>		8	4	4	6	2
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>30</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>25</b>	<b>19</b>

Em resultado dos processos de efetivação de responsabilidade financeira foram ordenadas reposições por pagamentos indevidos e aplicadas multas. Em momento anterior ao julgamento foram, ainda, efetuados pagamentos voluntários de multas e de reposições. A repartição dos respetivos montantes por Sede e Secções Regionais consta do quadro seguinte que apresenta, também, dados do ano anterior.

### Multas e reposições em 2012 e 2013 – 3.ª Secção e Secções Regionais

	2012				2013				
	Montantes (em euros)				Montantes (em euros)				N.º respon- sáveis
	3.ª Secção	SRA	SRM	Totais	3.ª Secção	SRA	SRM	Totais	
<b>Reposições ordenadas</b>	<b>10 245</b>			<b>10 245</b>	<b>139 653</b>			<b>139 653</b>	<b>1</b>
<i>Por pagamentos indevidos</i>	5 245			5 245	119 817			119 817	
<i>Por alcances</i>									
<i>Outros</i>	5 000			5 000	19 836			19 836	
<b>Multas aplicadas</b>	<b>42 156</b>			<b>42 156</b>	<b>49 095</b>	<b>46 410</b>		<b>95 505</b>	<b>31</b>
<i>Das quais em relatórios de OCI</i>	1 440			1 440					
<b>Multas pagas voluntariamente</b> antes de julga- mento (requeridas nas petições iniciais do MP)	<b>8 370</b>	<b>8 820</b>		<b>17 190</b>	<b>64 864</b>	<b>5 100</b>		<b>69 964</b>	<b>14</b>
<i>Das quais em relatórios de OCI</i>	2 880			2 880					

OCI - Órgãos de controlo interno

## 7. O MINISTÉRIO PÚBLICO (MP) JUNTO DO TC

### 7.1. O MP e a efetivação de responsabilidades

Junto do Tribunal tem assento o MP a quem cabe requerer, perante a 3.ª Secção e Secções Regionais, o julgamento dos processos de efetivação de responsabilidades financeiras.

**Despachos do Ministério Público (Sede e SR) em relatórios que lhe foram participados nos termos e para os efeitos do art.º 57.º da LOPTC (com infrações evidenciadas) – 2013**

Tipologia dos Relatórios	Transitados do ano anterior	Notificados no ano	Despacho do MP				Em curso	
			Não requer procedimento jurisdicional		Extinção resp. por pagamento voluntário das sanções	Requer Julgamento		Arquivamento (a)
			Inviabilidade de elementos probatórios e factuais	Inviabilidade por incumprimento do art.º 13.º da LOPT				
Controlo prévio e concomitante								
Relatórios de auditoria de fiscalização prévia								
Relatórios para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras	3	13			6	5	1	4
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante	6	6			4	3	2	3
Controlo sucessivo								
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	32	16			9	14	7	18
Relatórios de Verificação Externa de Contas								
Relatórios de Verificação interna de Contas	2	1			1			2
Relatórios de Órgãos de Controlo Interno	19	70			13	9	34	33
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>106</b>			<b>33</b>	<b>31</b>	<b>44</b>	<b>60</b>

(a) Situações em que o MP arquiva por discordar da qualificação jurídica como infração financeira, efectuada no relatório de auditoria.

A repartição por Sede e Secções Regionais consta do quadro seguinte.

**Despachos do Ministério Público em relatórios que lhe foram participados com infrações evidenciadas – 2013**

		Sede	SRA	SRM	Total
Processos notificados ao MP em 2013		93	5	8	106
Despacho MP	MP requer julgamento	19	6	6	31
	Extinção de procedimento por pagamento voluntário	26	5	2	33
	Arquivamento (a)	41		3	44

(a) O MP arquiva por discordar da qualificação jurídica, como infração financeira, efectuada no relatório.

O quadro seguinte mostra, em termos comparativos e por tipologia, os despachos efetuados pelo MP de 2011 a 2013.

***Despachos do Ministério Público (Sede e SR) em relatórios que lhe foram participados com infrações evidenciadas***

		2011		2012		2013	
Processos notificados ao MP		80		59		106	
Despacho MP	MP requer julgamento	20	20%	12	19%	31	29%
	Extinção de procedimento por pagamento voluntário	25	25%	28	44%	33	31%
	Não requer procedimento jurisdicional	21	21%	4	6%		
	Arquivamento (a)	34	34%	18	29%	44	41%
	Outras situações			1	2%		

(a) O MP arquiva por discordar da qualificação jurídica, como infração financeira, efectuada no relatório.

## 7.2. Participações/conhecimentos do MP a Outras Jurisdições

O Ministério Público participa, ou dá conhecimento, a outras jurisdições de factos conhecidos em relatórios do Tribunal de Contas, em relatórios recebidos dos órgãos de controlo interno e em acórdãos do Tribunal de Contas.

Em **2013 foram 23 as participações**: 13 à Procuradoria-Geral da República, 5 ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal, 1 ao Tribunal Central Administrativo Sul, 1 ao Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, 1 ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, 1 ao Tribunal Judicial de Évora, 1 ao Tribunal da Comarca de Trancoso.

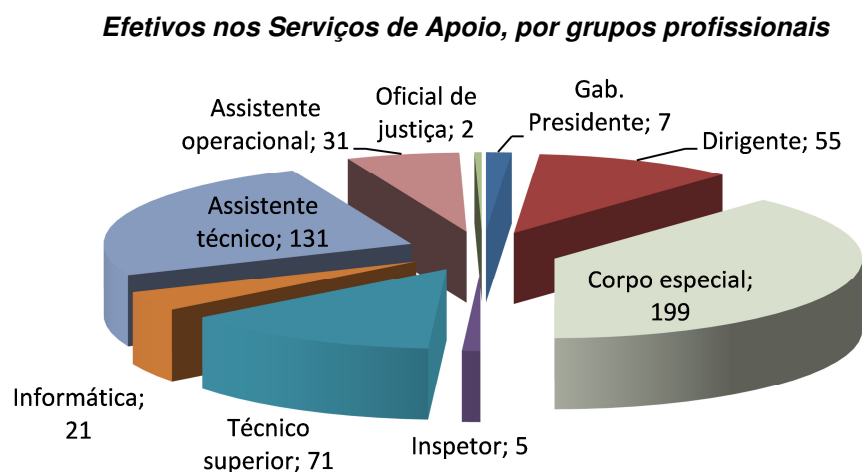
## 8. OS RECURSOS UTILIZADOS

### 8.1. Os recursos humanos

No final de 2013 exerciam funções no Tribunal o **Presidente e 17 Juizes Conselheiros** e os seus **Serviços de Apoio** dispunham de **522 funcionários**.

Dos 17 Juizes Conselheiros, 16 exerciam funções na Sede (4 juizes afetos à 1.ª Secção, 9 à 2.ª Secção, e 3 à 3.ª Secção), 1 na Secção Regional dos Açores e 1 na Secção Regional da Madeira (em acumulação com as funções exercidas na Sede).

A repartição dos funcionários dos Serviços de Apoio por grupos profissionais consta do gráfico seguinte, representando o corpo especial de fiscalização e controlo 38% dos recursos humanos (sem contar com 80% dos dirigentes que pertencem ao corpo especial).



Em termos de distribuição por áreas funcionais, verifica-se que a maior parcela - 44,4% - está afeta ao controlo sucessivo. Em termos de evolução, verifica-se uma redução de 2012 para 2013.

### **Evolução do número de efetivos por áreas funcionais**

Áreas funcionais	2011		2012		2013				
	Total	Peso	Total	Peso	Sede	SRA	SRM	Total	Peso
Direcção	4	0,8%	4	0,8%	2	1	1	4	0,8%
Gabinete do Presidente e Secretariado dos Juizes	16	3,0%	19	3,6%	15	1	1	17	3,3%
Secretaria do Tribunal	19	3,6%	17	3,2%	16	1	1	18	3,4%
Controlo prévio e concomitante	61	11,5%	61	11,5%	47	5	9	61	11,7%
Controlo sucessivo	236	44,6%	239	45,2%	199	17	16	232	44,4%
Consultadoria e planeamento	21	4,0%	21	4,0%	20		1	21	4,0%
Apoio ao MP	4	0,8%	4	0,8%	4			4	0,8%
Apoio instrumental	168	31,8%	164	31,0%	137	14	14	165	31,6%
<b>Total</b>	<b>529</b>	<b>100%</b>	<b>529</b>	<b>100%</b>	<b>440</b>	<b>39</b>	<b>43</b>	<b>522</b>	<b>100%</b>

Sendo os meios humanos o recurso mais importante da instituição, o seu desenvolvimento através da formação profissional é uma das apostas do Tribunal. Assim, em 2013 verificaram-se 1351 participações em ações de formação interna e externa, o que representa 11 973 horas de formação (14 108 horas em 2012).

A formação profissional cobre diversas áreas temáticas, designadamente: Contabilidade, Auditoria, Direito, Gestão e Desenvolvimento organizacional.

### **Formação em 2013 – Sede e Secções Regionais**

	N.º de ações	N.º horas das ações	N.º de participações	N.º horas utilizadas em formação	Custo total (Euros)
Interna (realizada no TC)	70	709	1 222	11 008	46 012
Interna, na Sede	53	530	941	8 157 a)	36 007
De pessoal da Sede	-	-	940	8 150	35 729
De pessoal da SRA	-	-			
De pessoal da SRM	-	-	1	7	279
Interna, na SRA	8	73	170	1 663	7 899
Interna, na SRM	9	106	111	1 188	2 106
Externa	41	413	129	965	5 511
De pessoal da Sede	33	359	117	880	4 328
De pessoal da SRA	8	54	12	85	1 183
De pessoal da SRM					
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>1 122</b>	<b>1 351</b>	<b>11 973</b>	<b>51 523</b>

a) Não inclui as horas correspondentes às participações de pessoal não pertencente ao Tribunal

Em 13 das ações organizadas pelo Tribunal, participaram, ainda, técnicos vindos do exterior (do Comissariado de Auditoria de Macau, da Procuradoria Geral da República, do Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, do Tribunal de Recurso de Díli, do Conselho de Prevenção da Corrupção): 18 participações num total de 371 horas de formação recebida.

Os encargos diretos com a formação (pagamento a formadores e pagamento de ações realizadas no exterior) representam 0,2% da despesa total do Tribunal.

Os funcionários do Tribunal (dirigentes e outros) intervêm, também, como formadores em ações externas quando organismos públicos ou privados o solicitam ao Tribunal. Assim, em 2013, teve lugar a intervenção de 15 formadores (13 da Sede e 2 da SRM) em 22 ações organizadas por outros organismos, o que correspondeu a 237 horas de formação dada (198 por formadores da Sede e 39 por formadores da SRM).

## **8.2. Os recursos financeiros**

O orçamento inicialmente atribuído ao Tribunal de Contas para 2013 foi de € 22 315 170, € 15 944 970 a financiar pelo orçamento do Estado e € 6 370 200 a financiar pelos Cofres do Tribunal.

**A despesa realizada foi de € 25 955 161**, financiada em 64,5% pelo Orçamento do Estado (67,5% em 2012) e em 35,5% pelos Cofres do Tribunal (32,5% em 2012), conforme gráfico seguinte. As receitas dos Cofres do Tribunal provêm, fundamentalmente, dos emolumentos cobrados pelo Tribunal nos processos de visto, nas auditorias e nas verificações internas de contas.

### Despesa por fontes de financiamento



Em termos de classificação económica verifica-se que a maior parcela da despesa, 90,6%, se reporta a despesas com pessoal (88% em 2012).

### Estrutura da despesa por classificação económica em 2013

(Em euros)

Classificação económica	Sede	SRA	SRM	Total	
				Valor	%
Despesas com pessoal	20 048 035	1 723 532	1 745 551	23 517 118	90,6%
Bens e serviços correntes	2 007 033	143 768	160 734	2 311 535	8,9%
Bens de capital	110 056	2 526	13 926	126 508	0,5%
<b>Total</b>	<b>22 165 124</b>	<b>1 869 826</b>	<b>1 920 211</b>	<b>25 955 161</b>	<b>100%</b>

Os quadros seguintes mostram a **evolução da despesa** nos três últimos anos. Constata-se que, depois de uma grande redução em 2012, a despesa voltou a subir em 2013 apesar de se manter num valor inferior ao de 2011. Grande parte deste aumento verifica-se ao nível das despesas com pessoal e encontra explicação na reposição do pagamento dos subsídios de férias e de Natal e correspondentes encargos sociais, bem como no aumento das taxas contributivas da entidade patronal para a CGA de 15% para 20%.

Importa ainda salientar que, em face da insuficiência das dotações do Orçamento do Estado para suportar a totalidade das despesas com pessoal, a comparticipação dos Cofres do Tribunal no financiamento da sua despesa tem vindo a aumentar: 27% em 2011, 32,5% em 2012 e 35,5% em 2013.

### Evolução da despesa, por classificação económica

(Em euros)

Classificação económica da despesa	2011	2012		2013	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Despesas de pessoal	23 070 359	19 568 583	-15%	23 517 118	20%
Bens e serviços correntes	2 703 389	2 234 003	-17%	2 311 535	3%
Bens de capital	862 956	349 345	-60%	126 508	-64%
<b>Total</b>	<b>26 636 704</b>	<b>22 151 931</b>	<b>-16,8%</b>	<b>25 955 161</b>	<b>17,2%</b>

### ***Evolução da despesa, por fontes de financiamento***

*(Em euros)*

Fontes de financiamento	2011	2012		2013	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Cofres	7 179 631	7 201 048	0%	9 222 864	28,1%
Orçamento do Estado	19 457 073	14 950 883	-23%	16 732 297	12%
<b>Total</b>	<b>26 636 704</b>	<b>22 151 931</b>	<b>-16,8%</b>	<b>25 955 161</b>	<b>17,2%</b>

### ***Evolução da despesa, por Sede e Secções Regionais***

*(Em euros)*

Sede/SRs	2011	2012		2013	
	Montante	Montante	variação	Montante	variação
Sede	22 925 730	18 994 195	-17%	22 165 124	17%
Secção Regional dos Açores	1 799 793	1 597 985	-11%	1 869 826	17%
Secção Regional da Madeira	1 911 181	1 559 751	-18%	1 920 211	23%
<b>Total</b>	<b>26 636 704</b>	<b>22 151 931</b>	<b>-16,8%</b>	<b>25 955 161</b>	<b>17,2%</b>



### 8.3. Elementos complementares da Conta Consolidada





## Relatório de gestão consolidado

### Índice

1. Introdução.....	2
2. Fontes de financiamento e execução orçamental.....	2
2.1. Fontes de Financiamento.....	2
2.2. Execução Orçamental.....	3
2.2.1. Receita.....	3
2.2.1.1. Receita Emolumentar.....	4
2.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência.....	5
2.2.2. Despesa.....	5
2.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência.....	7
3. Demonstrações financeiras.....	8
3.1. Balanço.....	8
3.1.1. Ativo Líquido.....	9
3.1.2. Fundos Próprios e Passivo.....	10
3.2. Demonstração de Resultados.....	12
3.3. Outras Observações.....	14
3.3.1. Dívidas de Terceiros.....	14
3.3.2. Especialização de Proveitos.....	14
3.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos.....	15
3.3.4. Evolução de Custos com Pessoal.....	16



## 1. INTRODUÇÃO

O exercício de 2013 corresponde ao oitavo exercício em que o Tribunal de Contas apresenta demonstrações financeiras consolidadas, objetivo cuja concretização somente foi possível através da adoção da contabilidade patrimonial por parte das Secções Regionais dos Açores e da Madeira, por intermédio da implementação do sistema informático GeRFIP (Gestão de Recursos Financeiros Partilhada).

Conforme salientado no Estudo n.º 1/07, atualizado pela Informação n.º 224/2013-DGFP-DGF, em que abordou a temática da consolidação no Tribunal de Contas, ainda que não se esteja perante um verdadeiro grupo público, na medida em que não existe um controlo completo de uma entidade perante as restantes, nomeadamente por inexistência de participações, verifica-se a existência de condições de poder que sustentam a consolidação das demonstrações financeiras, tendo sido com base neste entendimento que se definiram como entidades componentes do perímetro de consolidação a Sede, a Secção Regional dos Açores e a Secção Regional da Madeira.

## 2. FONTES DE FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 2.1. Fontes de Financiamento

De acordo com o disposto no quadro n.º I, o **montante global do financiamento** do Tribunal de Contas para 2013 ascendeu a 48.575.059 €, dos quais 66,4% respeitaram a receitas do Cofre Privativo e os restantes 33,6% a receitas gerais provenientes do orçamento do Estado.

QDR I (em euros)

FONTES DE FINANCIAMENTO	2011 (1)	%	2012 (2)	%	△ 2012 / 2011		2013 (5)	%	△ 2013 / 2012	
					(+/-)	%			(+/-)	%
					(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)			(6)=(5)-(2)	(7)=(6)/(2)
<b>Orçamento do Estado (a)</b>	18.361.454	35,5%	14.141.152	29,9%	-4.220.302	-23,0%	16.305.595	33,6%	2.164.443	15,3%
<b>Cofre Privativo</b>	33.288.274	64,5%	33.149.389	70,1%	-138.885	-0,4%	32.269.464	66,4%	-879.925	-2,7%
<b>Total</b>	<b>51.649.728</b>	<b>100%</b>	<b>47.290.541</b>	<b>100%</b>	<b>-4.359.187</b>	<b>-8,4%</b>	<b>48.575.059</b>	<b>100%</b>	<b>1.284.518</b>	<b>2,7%</b>
<b>Cofre Privativo</b>	<b>33.288.274</b>		<b>33.149.389</b>		<b>-138.885</b>	<b>-0,4%</b>	<b>32.269.464</b>		<b>-879.925</b>	<b>-2,7%</b>
Receitas correntes	10.573.412	31,8%	6.907.073	20,8%	-3.666.339	-34,7%	6.370.200	19,7%	-536.873	-7,8%
Trf. Corr. - A. C. SFA	0		165.205	0,5%	165.205	100,0%	29.735	0,1%	-135.470	-82,0%
Saldo da gerência anterior	22.714.862	68,2%	26.077.111	78,7%	3.362.249	14,8%	25.869.529	80,2%	-207.582	-0,8%

No global, o financiamento do exercício de 2013 é superior em 2,7% (1.284.518 €) ao verificado em 2012.

As dotações do Orçamento do Estado em 2013 ascenderam a 16.305.595 €, o que representa um acréscimo de 15,3 % relativamente ao exercício de 2012, correspondente a 2.164.443 €.

O orçamento inicialmente atribuído pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013, representou a um acréscimo face às dotações de 2012, destinando-se essa variação positiva a fazer face ao pagamento, por duodécimos, do subsídio



de Natal, bem como à atualização da contribuição das entidades públicas para a Caixa Geral de Aposentações, de 15% para 20%.

O orçamento atribuído foi posteriormente aumentado com a publicação da Lei n.º 51/2013, de 24 de julho, diploma que procedeu à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013, aumento esse que encontra justificação na publicação da Lei n.º 39/2013, de 21 de junho, que determinou a reposição do pagamento do subsídio de férias, na sequência da declaração de inconstitucionalidade do disposto no art.º 29 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o qual tinha suspenso o direito ao referido subsídio.

Relativamente ao orçamento privativo, o orçamento global do exercício de 2013, incluindo o saldo da gerência é inferior em 2,7% (879.925 €) ao orçamento de 2012.

O saldo da gerência de 2012 e integrado no orçamento de 2013 apresenta um decréscimo de 207.582 € (0,8%), face ao saldo de gerência integrado no exercício de 2012, correspondendo esse saldo a 80,2% do total do orçamento privativo.

Refira-se no entanto que o exercício de 2011, no que à Sede diz respeito, constituiu um ano extraordinário no que concerne à liquidação e cobrança de receita emolumentar, particularmente a receita proveniente da verificação interna de contas, o que justifica maioritariamente a variação do saldo de gerência integrado no exercício de 2012 de 3.362.249 €.

## 2.2. Execução Orçamental

### 2.2.1. Receita

O quadro n.º II permite analisar os valores da receita cobrada pelo Cofre Privativo em 2013 por classificação económica de receita, conferindo, igualmente, uma noção do seu peso relativo por tipologia, em relação ao total de receita efetivamente cobrada, bem como oferece uma perspetiva da sua evolução no período compreendido entre 2011 e 2013.

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	Receita Cobrada 2011 (1)	Receita Cobrada 2012 (2)	Δ 2012/2011		Receita *			Δ 2013/2012		Orçamento Inicial (9)	Orçamento Corrigido (10)	Grau de Execução (11)=(6)/(10)
			Absoluta (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)	Liquidadada 2013 (5)	Cobrada 2013 (6)	%	Absoluta (7)=(6)-(2)	% (8)=(7)/(2)			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>												
Taxas de Justiça	4.254		-4.254	-100,00%						1.000	1.000	
Emolumentos do Tribunal de Contas	10.238.246	6.757.016	-3.481.230	-34,00%	6.620.090	6.478.369	97,78%	-278.647	-4,12%	6.227.600	6.227.600	104,03%
Juros de Mora	30		-30	-100,00%	600	600	0,01%	600	100,00%	1.000	1.000	60,00%
Juros - IGCP	249.423	143.732	-105.691	-42,37%	74.881	74.882	1,13%	-68.851	-47,90%	107.500	107.500	69,66%
Edições do Tribunal de Contas	4.167	4.278	111	2,66%	522	1.196	0,02%	-3.082	-72,04%	4.000	4.000	29,90%
Venda de Bens Diversos	3.849	2.192	-1.657	-43,06%	1.570	1.570	0,02%	-622	-28,37%	3.000	3.000	52,33%
Recembolsos - Serv. Soc. Min. Justiça	13.718	24.976	11.258	82,07%	27	2.336	0,04%	-22.640	-90,65%	2.100	2.100	111,24%
Venda de Bens e Serviços - Outros	5.670	5.190	-480	-8,47%	5.040	5.040	0,08%	-150	-2,89%	6.500	6.500	77,54%
Outras Receitas Correntes	21.121	23.410	2.289	10,84%	31.968	25.577	0,39%	2.167	9,26%	15.000	15.000	170,51%
<b>Total das receitas correntes</b>	<b>10.540.479</b>	<b>6.960.794</b>	<b>-3.579.685</b>	<b>-33,96%</b>	<b>6.734.698</b>	<b>6.589.570</b>	<b>99,46%</b>	<b>-371.224</b>	<b>-5,33%</b>	<b>6.367.700</b>	<b>6.367.700</b>	<b>103,48%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>												
Alienação de bens de imobilizado		148	148	100,00%				-148	-100,00%	500	500	
Reposições não abatidas	1.342	2.410	1.068	79,56%	2.559	2.468	0,04%	57	2,37%	2.000	2.000	123,38%
<b>Total das receitas de capital</b>	<b>1.342</b>	<b>2.558</b>	<b>1.216</b>	<b>90,56%</b>	<b>2.559</b>	<b>2.468</b>	<b>0,04%</b>	<b>-90</b>	<b>-3,53%</b>	<b>2.500</b>	<b>2.500</b>	<b>98,70%</b>
Transf. Correntes - A. C. SFA(**)		30.104	30.104	100,00%	29.735	33.332	0,50%	3.228	10,72%		29.735	112,10%
		30.104	30.104	100,00%	29.735	33.332	0,50%	3.228	10,72%		29.735	112,10%
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>10.541.821</b>	<b>6.993.456</b>	<b>-3.548.366</b>	<b>-33,66%</b>	<b>6.766.992</b>	<b>6.625.370</b>	<b>100,0%</b>	<b>-368.086</b>	<b>-5,26%</b>	<b>6.370.200</b>	<b>6.399.935</b>	<b>103,52%</b>

\* Deduzida de anulações e restituições



# Tribunal de Contas

*Direção - Geral*

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Em 2013, o **orçamento de receita** inicial do Cofre Privativo correspondeu a 6.370.200 €, repartindo-se em receitas correntes (6.367.700 €) e receitas de capital (2.500 €). O orçamento corrigido reflete uma variação positiva de 29.735 €, decorrente do reforço ao orçamento de receita efetuado no âmbito do *Programa de apoio à governação democrática em Timor-Leste*, executado ao nível do Cofre Privativo da sede.

Relativamente à receita corrente liquidada, o exercício de 2013 encerrou com um total de 6.734.698 €, o que corresponde a um desvio positivo de 366.998 € face ao orçamento corrigido, tendo sido liquidados mais 392.490 € de receita emolumentar que o orçamentado.

Da análise da estrutura de execução das receitas próprias, verifica-se que a receita cobrada no exercício de 2013 relativamente ao total do orçamento corrigido, em que se inclui a proveniente das reposições não abatidas, correspondeu a 103,52% (6.625.370 €), o que denota uma variação positiva face ao inicialmente orçamentado, tendo-se cobrado mais 4,01 % (255.170 €) do que o estimado em sede de preparação do orçamento para o ano de 2013 (6.370.200 €).

Em termos globais, o volume de receita corrente cobrada diminuiu 5,33% (371.224 €) no ano 2013 face ao ano anterior, e que resultou, essencialmente, da diminuição verificada nos Emolumentos do Tribunal de Contas e que correspondeu a 278.647 € isto é, um decréscimo de 4,12% face ao volume de cobrança de 2012.

Quando comparada com o montante total de receitas cobradas no exercício, a receita emolumentar apresenta um peso de 97,78%, fator por si só indicativo da extrema relevância desta tipologia de receita no orçamento do Cofre Privativo, representando as restantes tipologias de receita valores residuais.

## 2.2.1.1. Receita Emolumentar

Atendendo ao peso da receita emolumentar no volume das receitas correntes do Tribunal de Contas, elaborou-se o quadro n.º III, que evidencia o volume de liquidações desta tipologia de receita e a correspondente variação.

QDR III (em euros)

TIPOLOGIA DE EMOLUMENTOS	2011		2012		Variação 2012/2011		2013		Variação 2013/2012	
	Liquidada	%	Liquidada	%	Absoluta	%	Liquidada	%	Absoluta	%
Fiscalização prévia e concomitante	3.174.460,09	40,2%	2.213.590,25	32,1%	-960.869,84	-30,3%	2.982.632,83	46,6%	769.042,58	34,7%
Verificação interna de contas	3.548.055,96	44,9%	3.782.020,49	54,8%	233.964,53	6,6%	2.713.754,13	42,4%	-1.068.266,36	-28,2%
Auditorias / VEC	1.179.947,92	14,9%	902.164,29	13,1%	-277.783,63	-23,5%	702.230,32	11,0%	-199.933,97	-22,2%
<b>TOTAL DO ANO</b>	<b>7.902.463,97</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.897.775,03</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1.004.688,94</b>	<b>-12,7%</b>	<b>6.398.617,28</b>	<b>100,0%</b>	<b>-499.157,75</b>	<b>-7,2%</b>

\* Receita líquida de anulações e restituições

A receita emolumentar liquidada (deduzida de anulações e restituições) apresenta uma diminuição de 7,2 % face à liquidada no ano de 2012 (-499.157,75 €).

O maior decréscimo verifica-se ao nível da receita emolumentar resultante da atividade de verificação interna de contas, que apresenta um decréscimo de 28,2%, correspondente a 1.068.266,36 €, decréscimo que, a par com a diminuição de 22,2% (199.933,97 €) verificada



# Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

ao nível da fiscalização sucessiva (auditorias), justifica o decréscimo global da liquidação de receita.

Esta variação negativa na liquidação de receita emolumentar, é atenuada pelo acréscimo nas liquidações que se observa relativamente à fiscalização prévia e concomitante e que apresenta um volume de liquidações superior ao verificado em 2012 de 34,7%, correspondente a um aumento de 769.042,58 €.

De referir que o exercício de 2013 é o que apresenta os menores valores de liquidação da receita emolumentar no período em análise, caracterizando-se pelo facto de a receita relativa à verificação interna de contas deixar de constituir a tipologia mais relevante, sendo ultrapassada, em termos de liquidação de receita, pela fiscalização prévia e concomitante.

## 2.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência

QDR IV (em euros)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Saldo p/ gerência seguinte (31.12.ano-n)	16.056.462	14.889.329	14.423.148	18.054.933	18.520.038	20.636.415	22.602.022	26.133.487	25.982.107	23.560.582
Recurso ao saldo da gerência anterior	3.164.929	1.284.545	217.866	31.896	127.195	217.742	237.902	217.203	339.901	2.454.740
1. Insuficiência do Orçamento do Estado	3.188.408	728.930	217.866	58.296	154.187	336.369	444.391	573.928	724.703	4.880.986
2. Insuficiência de receitas próprias	105.702	555.511	0	0	0	0	0	0	0	0
Receitas do exercício	6.125.695	5.891.431	6.382.184	7.879.198	6.758.403	8.913.784	8.326.749	10.541.851	6.993.457	6.440.130
Pagamentos										9.222.864
Compromissos assumidos										9.390.053

Conforme pode ser observado no quadro n.º IV, no período de 2006 a 2011 a execução orçamental do Cofre privativo caracteriza-se por um aumento sucessivo dos saldos de gerência gerados, não obstante o facto de as disponibilidades financeiras terem colmatado as situações de insuficiência das dotações do orçamento do Estado.

Esta tendência não se verificou nos exercícios de 2012 e 2013, especialmente no ano transacto, em que ocorreu um efectivo recurso ao saldo da gerência anterior na ordem dos 2.454.740 €, pelo que o saldo de gerência do ano de 2013 situa-se nos 23.560.582 €.

## 2.2.2. Despesa

A observação do quadro n.º V permite obter uma perspetiva integrada da execução orçamental de 2013, quer através da análise do grau de realização apresentado por cada um dos agrupamentos económicos de despesa, quer pela determinação do seu peso relativo no total de despesa realizada, quer ainda pela repartição por fonte de financiamento.

QDR V (em euros)

FONTE DE FINANCIAMENTO	2011		2012		Variação 2012 - 2011 (3)=(2)-(1)		2013		Variação 2013 - 2012 (5)=(4)-(2)		2013		
	Despesa Realizada	%	Despesa Realizada	%			Despesa Realizada	%			Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido - Congel.	Taxa de Execução
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
<b>COFRE PRIVATIVO</b>													
Despesas com pessoal	3.663.589	51,0%	4.653.289	64,6%	989.700	27,0%	6.797.220	73,7%	2.143.931	46,1%	1.988.927	8.227.856	82,6%
Bens e serviços correntes	2.654.279	37,0%	2.201.745	30,6%	-452.534	-17,0%	2.300.169	24,9%	98.424	4,5%	3.589.273	3.306.792	69,6%
Bens de Capital	861.763	12,0%	346.012	4,8%	-515.751	-59,8%	125.475	1,4%	-220.537	-63,7%	792.000	818.206	15,3%
<b>TOTAL</b>	<b>7.179.631</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.201.047</b>	<b>100,0%</b>	<b>21.415</b>	<b>0,3%</b>	<b>9.222.864</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.021.818</b>	<b>28,1%</b>	<b>6.370.200</b>	<b>12.352.854</b>	<b>74,7%</b>
<b>O. E.</b>													
Despesas com pessoal	19.406.769	99,7%	14.915.294	99,8%	-4.491.476	-23,1%	16.719.898	99,9%	1.804.604	12,1%	15.478.981	16.728.713	99,9%
Bens e serviços correntes	49.110	0,3%	32.256	0,2%	-16.854	-34,3%	11.366	0,1%	-20.890	-64,8%	450.986	11.367	100,0%
Bens de Capital	1.193	0,0%	3.333	0,0%	2.140	179,5%	1.033	0,0%	-2.300	-69,0%	15.000	2.079	49,7%
<b>TOTAL</b>	<b>19.457.072</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.950.883</b>	<b>100,0%</b>	<b>-4.506.189</b>	<b>-23,2%</b>	<b>16.732.297</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.781.414</b>	<b>11,9%</b>	<b>15.944.967</b>	<b>16.742.159</b>	<b>99,9%</b>
<b>COFRE PRIVATIVO + O. E.</b>													
Despesas com pessoal	23.070.359	86,6%	19.568.583	88,3%	-3.501.776	-15,2%	23.517.118	90,6%	3.948.535	20,2%	17.467.908	24.956.569	94,2%
Bens e serviços correntes	2.703.389	10,1%	2.234.002	10,1%	-469.387	-17,4%	2.311.536	8,9%	77.534	3,5%	4.040.259	3.318.159	69,7%
Bens de Capital	862.955	3,2%	349.345	1,6%	-513.610	-59,5%	126.508	0,5%	-222.838	-63,8%	807.000	820.285	15,4%
<b>TOTAL</b>	<b>26.636.703</b>	<b>100,0%</b>	<b>22.151.930</b>	<b>100,0%</b>	<b>-4.484.773</b>	<b>-16,8%</b>	<b>25.955.162</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.803.232</b>	<b>17,2%</b>	<b>22.315.167</b>	<b>29.095.013</b>	<b>89,2%</b>



# Tribunal de Contas

*Direção - Geral*

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

O orçamento corrigido do Tribunal de Contas reflete os seguintes factos:

- ◆ Cativação de verbas efetuadas nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013, bem como alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2013, de 24 de julho e que se caracterizaram por um reforço às dotações do Orçamento do Estado;
- ◆ Recurso ao mecanismo previsto no art.º 25 da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001) relativo à dispensa da regra do equilíbrio para reforço do orçamento de despesa do Cofre Privativo;
- ◆ Aumento ao orçamento de despesa do Cofre Privativo no montante de 29.735 € no âmbito da execução, pela Sede, do *Programa de apoio à governação democrática em Timor-Leste*.

Em termos globais, o exercício de 2013 encerrou com um volume de despesa superior a 2012 em 17,2%, correspondente a 3.803.232 € e com uma taxa de execução de 89,2%. Este acréscimo verifica-se maioritariamente ao nível das despesas com pessoal, que apresentam uma execução superior a 2012 em 20,2%, correspondente a 3.948.535 €.

Esse acréscimo encontra fundamento na reposição, em 2013, do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, com o conseqüente impacto no aumento dos encargos sociais a suportar, bem como se justifica pela atualização das taxas contributivas da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações de 15% para 20%, nos termos do estabelecido no art.º 6-A, do Estatuto da Aposentação.

Nos exercícios de 2011 a 2013 as **dotações do Orçamento do Estado** suportaram quase exclusivamente despesas com o pessoal, cuja representatividade corresponde a 99,7%, 99,8% e 99,9%, respetivamente, da despesa total, apresentando o exercício de 2013 um volume de despesa superior a 2012 em 11,9%, correspondente a 1.781.414 €. Este acréscimo verifica-se maioritariamente ao nível das despesas com pessoal, que apresentam uma execução superior a 2012 em 12,1%, correspondente a um aumento de 1.804.604 €.

Refira-se que as dotações do Orçamento do Estado foram, à semelhança de exercícios anteriores (2011 e 2012), insuficientes para pagamento integral das despesas com o pessoal, tendo os cofres privados suportado parte das remunerações certas e permanentes, incluindo o subsídio de férias, num total de 4.880.986 €.

No que diz respeito ao total de despesa efetuada por conta do **orçamento do Cofre Privativo**, a mesma ascende a 9.222.864 €, em que 6.797.220 € correspondem a despesas com o pessoal, 2.300.169 € a aquisição de bens e serviços correntes e 125.475 € a aquisição de bens de capital.

A variação total de 28,1% (2.021.818 €) justifica-se pelo aumento das despesas com o pessoal (2.143.931 €) face ao exercício de 2012, e que assenta, maioritariamente, no facto de no exercício de 2013 o Cofre Privativo, em resultado da insuficiência orçamental das dotações do Orçamento do Estado, ter suportado um montante de despesas com o pessoal superior ao





verificado no exercício de 2012, aumento esse que, no que à Sede diz respeito, correspondeu a 1.981.907 €.

O orçamento do Cofre Privativo suportou ainda a totalidade dos encargos associados às demais despesas, nomeadamente, deslocações em serviço de efetivos do Tribunal de Contas e seus Serviços de Apoio, não só no território nacional como no estrangeiro, recurso a empresas de auditoria e consultores externos, entre outros.

Refira-se ainda que no exercício de 2013 foram efetuados pagamentos relativos a compromissos assumidos transitados do exercício de 2012, pagamentos esses que totalizaram 140.484,37 €, e por outro lado, a despesa efetiva de 2013 não reflete o total de 168.234,87 € relativos a compromissos assumidos e não pagos que transitaram para o exercício de 2014.

### 2.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência

O quadro n.º VI revela a taxa de cobertura da receita cobrada no exercício relativamente ao total de despesa realizada.

QDR VI (em euros)

ANO	Receita Exercício ( 1 )	Despesa Realizada ( 2 )	Saldo (3)=(1)-(2)	Taxa de Cobertura (4)=(1)/(2)	Encargos OE
2011	10.541.851	7.179.632	3.362.219	1,47	
2012	6.993.457	7.201.048	-207.590	0,97	
2013	6.625.369	9.222.863	-2.597.494	0,72	
<b>Sem encargos transferidos do Orçamento do Estado</b>					
2011	10.541.851	5.776.932	4.764.919	1,82	1.402.700
2012	6.993.457	4.301.969	2.691.488	1,63	2.899.079
2013	6.625.369	4.263.116	2.362.253	1,55	4.880.986

Da observação do quadro, verifica-se que o indicador relativo à taxa de cobertura no exercício de 2013 é inferior a 1, tendo a receita cobrada sido inferior ao total de despesa realizada em 2.597.494 €, pelos motivos anteriormente mencionados, concretamente a insuficiência das dotações do Orçamento do Estado para pagamento das remunerações certas e permanentes.

No entanto, excluindo-se desta análise os encargos que o Cofre Privativo, por insuficiência das dotações do Orçamento do Estado suportou e que conforme referido anteriormente ascenderam a 4.880.986 €, a taxa de cobertura situou-se no exercício de 2013 em 1,55, correspondendo a um saldo positivo de 2.362.253 €.

Após análise da gestão orçamental relativa ao ano económico de 2013, onde se procedeu à caracterização e estudo da evolução do financiamento do Tribunal de Contas – Sede, bem como à análise da execução dos orçamentos da receita e despesa associados, pretende-se agora evidenciar a situação financeira e patrimonial do Tribunal, através da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.



# Tribunal de Contas

*Direção - Geral*

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

## 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 3.1. Balanço

O Balanço do Tribunal de Contas referente a 31 de dezembro de 2013, que se encontra exposto no quadro n.º VII, evidencia, para além da situação patrimonial do Tribunal naquela data, a variação ocorrida na composição e valor do património através da comparação com o balanço reportado a 31 de dezembro de 2012.

QDR VII (em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2013		2012		CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2013	2012
		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO				
	<b>ATIVO</b>								
	<b>IMOBILIZADO</b>						<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>		
	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>						<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>		
433	Propriedade Industrial e Outros Diretos	656.162,01	561.205,06	94.956,95	255.067,29	51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76
		656.162,01	561.205,06	94.956,95	255.067,29	575	Subsídio	0,00	35.388,00
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					576	Doações	76.271,60	56.435,79
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	0,00	2.953.036,82	2.953.036,82	577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,01	0,00
422	Edifícios e Outras Construções	14.595.696,94	6.153.512,43	8.442.184,51	8.754.092,27	579	Outras		
423	Equipamento Básico	4.978.468,36	4.565.028,35	413.440,01	573.262,31	59	Resultados Transitados	22.143.465,53	23.006.595,79
424	Equipamento de Transporte	329.715,03	300.419,81	29.295,22	45.423,37	88	Resultado Líquido do Exercício	-4.295.002,87	-904.814,00
425	Ferramentas e Utensílios	8.685,30	8.599,55	85,75	164,90		<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>36.886.684,03</b>	<b>41.155.556,34</b>
426	Equipamento Administrativo	3.226.928,85	3.160.325,51	66.603,34	107.202,93	29	<b>PASSIVO</b>		
429	Outras Imob. Corpóreas	1.240.175,16	90.234,96	1.149.940,22	1.131.746,70		Provisões para Riscos e Encargos	7.137,37	54.538,10
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00			7.137,37	54.538,10
		27.332.706,48	14.278.120,61	13.054.585,87	13.564.929,30		<b>DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>		
	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					221	Fornecedores C/C	116.679,29	88.536,82
4141	Terrenos e Recursos Naturais	23.692,90		23.692,90	23.692,90	228	Fornecedores - Facturas em Receção e Conf.	20.603,41	29.293,27
4142	Edifícios e Outras Construções	71.078,70	22.874,15	48.204,55	49.098,61	252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
		94.771,60	22.874,15	71.897,45	72.791,51	2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	127,63	69.200,72
	<b>CIRCULANTE</b>					24	Estado e outros Entes Públicos	10.125,25	6.988,03
	<b>EXISTÊNCIAS</b>					262	Remunerações a Pagar	5.991,60	1.688,74
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	108.589,20	51.189,22	57.399,98	66.022,40	267	Consultores, Assessores	11.044,96	11.180,28
32	Mercadorias	34.088,71	34.088,71	0,00	155,39	268	Outros credores diversos	6.608,30	30.920,09
		142.677,91	85.277,93	57.399,98	66.177,79			170.780,44	237.807,95
	<b>DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>					273	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
211	Clientes C/C	61,21	0,00	61,21	887,92	274	Acréscimos de custos	3.199.504,61	1.860.505,54
212	Contribuintes C/C	1.219.595,76	0,00	1.219.595,76	1.247.040,11		Provetos diferidos	1.925.419,81	1.950.754,28
218	Clientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	44.269,87	44.269,87	0,00	2.369,54		<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>6.302.842,23</b>	<b>4.103.605,87</b>
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00				
24	Estado e outros Entes Públicos	3.773,45	0,00	3.773,45	4.179,05				
262	Pessoal - Outras Operações	2.513,79	0,00	2.513,79	2.471,58				
268	Outros Devedores Diversos	21.803,11	0,00	21.803,11	27.498,39				
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00				
		1.292.017,19	44.269,87	1.247.747,32	1.284.446,59				
	<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>								
153	Títulos da Dívida Pública	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00	2.400.000,00				
		2.100.000,00	0,00	2.100.000,00	2.400.000,00				
	<b>CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA</b>								
	<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA</b>								
13	Contas no Tesouro	21.275.184,22	0,00	21.275.184,22	23.619.437,47				
12	Depósitos em Instituições Financeiras	2.460,73	0,00	2.460,73	1.768,13				
11	Caixa	4.590,00	0,00	4.590,00	4.590,00				
		21.282.234,95	0,00	21.282.234,95	23.625.795,60				
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>								
271	Acréscimos de provistos	4.248.727,77	0,00	4.248.727,77	3.950.619,43				
272	Custos diferidos	31.975,97	0,00	31.975,97	39.333,70				
		4.280.703,74	0,00	4.280.703,74	3.989.953,13				
	<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>		14.862.199,82						
	<b>TOTAL DAS PROVISÕES</b>		129.547,80						
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>57.181.273,88</b>	<b>14.991.747,62</b>	<b>42.189.526,26</b>	<b>45.259.161,21</b>		<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>42.189.526,26</b>	<b>45.259.161,21</b>

Da observação do balanço pode concluir-se que as **Disponibilidades** existentes na conta do Tesouro, em depósitos em instituições financeiras e em caixa, no total de 23.382.234,95 €, o **Imobilizado**, que ascende a 13.221.440,27€ e os **Acréscimos e Diferimentos**, no total de 4.280.703,74 €, correspondem à quase totalidade do ativo líquido, cujo montante ascende a 42.189.526,26 €.

Ao nível das **existências**, foram constituídas provisões para depreciação de existências num total de 85.277,93 €, em que 34.088,71 € correspondem à provisão relativa à Revista do Tribunal de Contas e 51.189,22 € dizem respeito à provisão associada aos bens adquiridos e destinados a consumo interno.



Para melhor compreensão e análise da evolução do património verificada no período 2012-2013 foram elaborados os quadros n.º VIII - *Comparação do ativo líquido* e n.º IX - *Comparação dos fundos próprios e passivo* onde se apresenta, em termos absolutos e percentuais, a variação referida anteriormente.

### 3.1.1. Ativo Líquido

QDR VIII		(em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2013	2012	VARIACÃO	
		ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	ABS.	%
<b>ATIVO</b>					
<b>IMOBILIZADO</b>					
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	94.956,95	255.067,29	-160.110,34	-62,77%
		<b>94.956,95</b>	<b>255.067,29</b>	<b>-160.110,34</b>	<b>-62,77%</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	2.953.036,82	0,00	0,00%
422	Edifícios e Outras Construções	8.442.184,51	8.754.092,27	-311.907,76	-3,56%
423	Equipamento Básico	413.440,01	573.262,31	-159.822,30	-27,88%
424	Equipamento de Transporte	29.295,22	45.423,37	-16.128,15	-35,51%
425	Ferramentas e Utensílios	85,75	164,90	-79,15	-48,00%
426	Equipamento Administrativo	66.603,34	107.202,93	-40.599,59	-37,87%
429	Outras Imob. Corpóreas	1.149.940,22	1.131.746,70	18.193,52	1,61%
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00%
		<b>13.054.585,87</b>	<b>13.564.929,30</b>	<b>-510.343,43</b>	<b>-3,76%</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
4141	Terrenos e Recursos Naturais	23.692,90	23.692,90	0,00	0,00%
4142	Edifícios e Outras Construções	48.204,55	49.098,61	-894,06	-1,82%
		<b>71.897,45</b>	<b>72.791,51</b>	<b>-894,06</b>	<b>-0,02</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
<b>EXISTÊNCIAS</b>					
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	57.399,98	66.022,40	-8.622,42	-13,06%
32	Mercadorias	0,00	155,39	-155,39	-100,00%
		<b>57.399,98</b>	<b>66.177,79</b>	<b>-8.777,81</b>	<b>-13,26%</b>
<b>DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>					
211	Cientes C/C	61,21	887,92	-826,71	-93,11%
212	Contribuintes C/C	1.219.595,76	1.247.040,11	-27.444,35	-2,20%
218	Cientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	0,00	2.369,54	-2.369,54	-100,00%
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00%
24	Estado e outros Entes Públicos	3.773,45	4.179,05	-405,60	-9,71%
262	Pessoal - Outras Operações	2.513,79	2.471,58	42,21	1,71%
268	Outros Devedores Diversos	21.803,11	27.498,39	-5.695,28	-20,71%
		<b>1.247.747,32</b>	<b>1.284.446,59</b>	<b>-36.699,27</b>	<b>-2,86%</b>
<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>					
153	Títulos da Dívida Pública	2.100.000,00	2.400.000,00	-300.000,00	-12,50%
		<b>2.100.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>-300.000,00</b>	<b>-12,50%</b>
<b>CONTA NO TESOUREIRO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA</b>					
13	Contas no Tesouro	21.275.184,22	23.619.437,47	-2.344.253,25	-9,93%
12	Depósitos em Instituições Financeiras	2.460,73	1.768,13	692,60	39,17%
11	Caixa	4.590,00	4.590,00	0,00	0,00%
		<b>21.282.234,95</b>	<b>23.625.795,60</b>	<b>-2.343.560,65</b>	<b>-9,92%</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
271	Acréscimos de proventos	4.248.727,77	3.950.619,43	298.108,34	7,55%
272	Custos diferidos	31.975,97	39.333,70	-7.357,73	-18,71%
		<b>4.280.703,74</b>	<b>3.989.953,13</b>	<b>290.750,61</b>	<b>7,29%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>					
		<b>42.189.526,26</b>	<b>45.259.161,21</b>	<b>-3.069.634,95</b>	<b>-6,78%</b>



# Tribunal de Contas

*Direção - Geral*

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Da análise do quadro n.º VIII constata-se que o ativo líquido diminuiu 3.069.634,95 €, comparativamente ao apurado no exercício de 2012.

Relativamente ao **Imobilizado**, verifica-se um decréscimo de 62,77% no valor do Imobilizado incorpóreo e, quanto ao imobilizado corpóreo, verifica-se que o decréscimo de 3,76% resulta da redução registada na grande maioria dos bens que o compõem, de onde se destacam as referentes ao *Equipamento Básico* (-27,88%), *Equipamento de Transporte* (-35,51%), *Ferramentas e Utensílios* (-48,00%) e *Equipamento Administrativo* (-37,87%).

O único aumento de imobilizado (1,61%) verifica-se ao nível das *Outras imobilizações corpóreas*, e resulta maioritariamente da incorporação no ativo imobilizado do Tribunal de Contas de um quadro doado pela pintora Armanda Passos avaliado em 17.500 €.

O exercício de 2013 reflete ainda processos de abate ao ativo imobilizado do Tribunal de Contas (Sede), num total de 307.935,29 €. Deste total, 193.878,19 € são relativos ao ativo imobilizado do Cofre privativo (Sede), dos quais 170.487,68 € dizem respeito a equipamento básico, com 165.498,67 € a corresponder a material informático e 21.530,08 € a corresponder a equipamento administrativo.

Ao nível do ativo imobilizado do Orçamento do Estado (Tribunal de Contas-Sede) o abate correspondeu a 114.057,10 €, dos quais 110.321,58 € dizem respeito a bens e material informático classificado como *equipamento básico*.

Pese embora se tenha verificado uma diminuição do ativo líquido, ao nível dos **Acréscimos e diferimentos**, verifica-se um aumento de 290.750,61 € face ao exercício anterior (7,29%), facto este maioritariamente justificado pelo aumento no reconhecimento de proveitos que se verifica no exercício de 2013, apurado no âmbito da aplicação do princípio da especialização à atividade do Tribunal de Contas.

### 3.1.2. Fundos Próprios e Passivo

A composição dos **Fundos Próprios e Passivo**, pode analisar-se pela observação do quadro n.º IX, em que os Fundos Próprios correspondem a 36.886.684,03 € e o Passivo a 5.302.842,23 €, dos quais 170.780,44 € são relativos a **Dívidas a Terceiros**, 5.124.942,23 € referem-se a **Acréscimos e Diferimentos** e 7.137,37 € referentes a **Provisões**.



# Tribunal de Contas

*Direção - Geral*

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QDR IX					
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	(em euros)			
		2013	2012	ABS.	%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>					
51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76		
575	Subsídio		35.388,00	-35.388,00	-100,00%
576	Doações	76.271,60	56.435,79	19.835,81	35,15%
577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,01		0,01	100,00%
59	Resultados Transitados	22.143.465,53	23.006.595,79	-863.130,26	-3,75%
88	Resultado Líquido do Exercício	-4.295.002,87	-904.814,00	-3.390.188,87	374,68%
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>		<b>36.886.684,03</b>	<b>41.155.555,34</b>	<b>-4.268.871,31</b>	<b>-10,37%</b>
<b>PASSIVO</b>					
29	Provisões para Riscos e Encargos	7.137,37	54.538,10	-47.400,73	-86,91%
		<b>7.137,37</b>	<b>54.538,10</b>	<b>-47.400,73</b>	<b>-86,91%</b>
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>					
221	Fornecedores C/C	116.679,29	88.536,82	28.142,47	31,79%
228	Fornecedores - Facturas Recep. e Conf.	20.603,41	29.293,27	-8.689,86	-29,67%
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	127,63	69.200,72	-69.073,09	-99,82%
24	Estado e outros Entes Públicos	10.125,25	6.988,03	3.137,22	44,89%
262	Remunerações a Pagar	5.591,60	1.688,74	3.902,86	231,11%
267	Consultores, Assesores	11.044,96	11.180,28	-135,32	-1,21%
268	Outros credores diversos	6.608,30	30.920,09	-24.311,79	-78,63%
		<b>170.780,44</b>	<b>237.807,95</b>	<b>-67.027,51</b>	<b>-28,19%</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
273	Acréscimos de custos	3.199.504,61	1.860.505,54	1.338.999,07	71,97%
274	Proveitos diferidos	1.925.419,81	1.950.754,28	-25.334,47	-1,30%
		<b>5.124.924,42</b>	<b>3.811.259,82</b>	<b>1.313.664,60</b>	<b>34,47%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.302.842,23</b>	<b>4.103.605,87</b>	<b>1.199.236,36</b>	<b>29,22%</b>
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>		<b>42.189.526,26</b>	<b>45.259.161,21</b>	<b>-3.069.634,95</b>	<b>-6,78%</b>

Para a diminuição do passivo líquido (-3.069.634,95€) contribuiu, para além do decréscimo do resultado líquido apurado no exercício de 2013 (-3.390.188,87€), a redução das **Dívidas a terceiros** (-67.027,51 €), o decréscimo em **Provisões para riscos e encargos** e o aumento de 1.313.664,60 € ao nível dos **Acréscimos e Diferimentos**.

A diminuição verificada ao nível das **provisões para riscos e encargos**, correspondente a 47.400,73 €, resulta da redução da provisão constituída em 2012 e relativa ao processo a que respeita o acórdão n.º 18/2012, de 28 de Novembro-3.ª Secção-PL, cuja decisão foi no sentido de restituição à entidade fiscalizada do montante em referência.

Ao nível dos **Acréscimos e Diferimentos** verifica-se uma variação de 1.313.664,60€, representando um aumento de 34,47 %.

Este acréscimo deve-se essencialmente às situações já anteriormente referidas de reposição do subsídio de férias no exercício de 2013 e a manutenção do seu direito em 2014, com impacto no processo de especialização dos custos com o pessoal.

Por outro lado, reflecte igualmente a atualização da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações devida nos termos do art.º 6-A do Estatuto da Aposentação de 20% para 23,75%, bem como da atualização da contribuição para a Segurança Social conforme disposto no do art.º 91.º-C do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança, igualmente atualizada para 23,75%, encontrando as referidas atualizações fundamento no disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro).



## 3.2. Demonstração de Resultados

O quadro n.º X evidencia os custos e proveitos segundo a sua natureza, tendo por finalidade o apuramento dos resultados do exercício económico em análise, bem como a sua comparação com o exercício de 2012.

(em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS			
		2013		2012	
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	100.072,63	100.072,63	105.191,16	105.191,16
62	Fornecimentos e Serviços Externos		2.218.252,59		2.141.681,74
64	Custos com o Pessoal				
641/642	Remunerações do pessoal	20.252.558,66		16.684.393,82	
643	Pensões	6.720,90		5.760,72	
645	Encargos sobre Remunerações	4.286.824,02		2.790.989,73	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	4.734,22		4.198,96	
647	Encargos Sociais Voluntários				
648	Outros Custos com o Pessoal	30.577,46	24.581.415,26	82.014,36	19.567.357,59
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações de Exercício	814.405,57		880.467,82	
67	Provisões do Exercício	34.616,20	849.021,77	126.125,23	1.006.593,05
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		45.328,89		68.951,81
	( A ) .....		27.794.091,14		22.889.775,35
68	Custos e Perdas Financeiras		900,11		1.103,76
	( C ) .....		27.794.991,25		22.890.879,11
69	Custos e Perdas Extraordinárias		594.384,38		472.970,10
	( E ) .....		28.389.375,63		23.363.849,21
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
	( G ) .....		28.389.375,63		23.363.849,21
88	Resultado Líquido do Exercício		-4.295.002,87		-904.814,00
			24.094.372,76		22.459.035,21
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
71	Vendas e Prestações de Serviços	492,43	492,43	3.022,45	3.022,45
72	Impostos e Taxas	6.927.008,07		7.132.642,18	
73	Proveitos Suplementares	34.142,91		27.334,10	
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos:	0,00		0,00	
741	Transferências - Tesouro	0,00		0,00	
742	Transferências Correntes Obtidas	16.760.999,50		14.947.550,40	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		23.722.150,48		22.107.526,68
	( B ) .....		23.722.642,91		22.110.549,13
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		95.173,76		186.375,93
	( D ) .....		23.817.816,67		22.296.925,06
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		276.556,09		162.110,15
	( F ) .....		24.094.372,76		22.459.035,21
<b>Resumo:</b>					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			-4.071.448,23		-779.226,22
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			94.273,65		185.272,17
Resultados correntes: (D) - (C) =			-3.977.174,58		-593.954,05
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			-4.295.002,87		-904.814,00
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =			-4.295.002,87		-904.814,00

Da análise da demonstração de resultados conclui-se que o total dos **Custos e Perdas** em 2013 ascendeu a 28.389.375,63 €, dos quais 27.794.091,14 € dizem respeito a custos e perdas operacionais, 900,11 € são de natureza financeira e os restantes 594.384,38 € de natureza extraordinária.

Relativamente aos **Custos e perdas operacionais**, destacam-se os **Custos com o Pessoal** que correspondem a 88,44% do seu total (24.581.415,26 €). As remunerações do pessoal



(20.252.558,66 €) correspondem à quase totalidade dos custos com o pessoal, tendo sofrido um aumento de 3.568.164,84 € (21,39%) face ao montante apurado no ano anterior.

Este aumento, conforme referido anteriormente, encontra justificação no pagamento do subsídio de Natal em duodécimos e no pagamento do subsídio de férias, que no exercício de 2012 se encontravam suspensos, bem como ao reconhecimento do custo do subsídio de férias cujo direito se adquiriu em 2013 e que será pago em 2014.

Os **Encargos sobre remunerações** apresentam um acréscimo de 1.495.834,29 €, o qual reflete, não só o pagamento dos encargos sociais associados ao pagamento do subsídio de Natal e de férias, como à atualização das taxas contributivas, designadamente a taxa de contribuição para a Caixa Geral de Aposentações que, em 2013, aumentou de 15% para 20%.

Do montante total de **Custos e Perdas Extraordinários** (594.384,38 €), o montante de 102.706,63 € diz respeito aos custos decorrentes de alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório previstas no n.º 6 do art.º 47 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, relativas a processos de avaliação de desempenho até ao ano de 2010 e que somente produziram impacto no exercício de 2013.

Os custos e perdas extraordinários englobam ainda as perdas apuradas em existências e imobilizado, as correções relativas a exercícios anteriores e outros custos e perdas extraordinários, designadamente os inerentes à redução de proveitos anteriormente especializados em sede de fiscalização sucessiva e fiscalização prévia, e que corresponderam, no que à Sede diz respeito, ao montante de 123.916,42 €.

Os **Proveitos e Ganhos** de 2013, superiores em 7,3% (1.635.337,55 €) ao apurado no exercício anterior, correspondem a 24.094.372,76 €, dos quais 23.722.642,91 € respeitam a proveitos e ganhos operacionais, 95.173,76 € a proveitos e ganhos de natureza financeira, relativos aos juros recebidos pelas aplicações em Certificados Especiais de Dívida emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP-E.P.E. e 276.556,09 € respeitantes a proveitos extraordinários.

A variação positiva verificada ao nível dos **proveitos operacionais** (7,3%), correspondente a 1.612.093,78 € encontra parcial fundamentação no aumento das transferências correntes com origem nas receitas gerais do Orçamento do Estado.

O montante de 276.556,09 € relativo a **proveitos extraordinários** é essencialmente justificado pela redução de provisões anteriormente constituídas, quer ao nível de bens de consumo que foram objecto de abate, quer ao nível da provisão de clientes para cobrança duvidosa cuja dívida foi regularizada no exercício de 2013. O decréscimo reflete ainda a decisão judicial favorável ao Tribunal de Contas relativamente a um recurso interposto em 2011, no âmbito da liquidação de emolumentos num processo de auditoria, o qual estava provisionado no montante de 17.164,00 €.

Ainda quanto ao montante apresentado em proveitos extraordinários, 34.062,29 € são referentes à anulação da especialização efetuada em anos anteriores no âmbito de prémios de



desempenho a atribuir aos dirigentes, em função da avaliação de desempenho dos anos de 2008 e 2009.

A conjugação dos fatores referenciados, contribuiu para o apuramento de um **Resultado Líquido** negativo de 4.295.002,87 €.

### 3.3. Outras Observações

#### 3.3.1. Dívidas de Terceiros

QDR XI (em euros)

DÍVIDA DE TERCEIROS	Anteriores a 2011		2011		2012		2013		TOTAL	
		%		%		%		%		%
<b>Emolumentos</b>	6.193,18	92,6%	23.727,88	97,6%	58.607,25	90,7%	1.175.276,56	99,3%	1.263.804,87	98,8%
Fiscalização prévia e concomitante	6.193,18	92,6%	6.563,88	27,0%	13.020,71	20,2%	370.780,00	31,3%	396.557,77	31,0%
Verificação interna de contas					34.328,00	53,1%	681.920,52	57,6%	716.248,52	56,0%
Auditorias / VEC			17.164,00	70,6%	5.721,33	8,9%	118.504,34	10,0%	141.389,67	11,1%
Outros					5.537,21	8,6%	4.071,70	0,3%	9.608,91	0,8%
<b>Outras tipologias</b>	492,23	7,4%	593,18	2,4%	5.988,55	9,3%	8.140,16	0,7%	15.214,12	1,2%
<b>TOTAL DA DÍVIDA</b>	<b>6.685,41</b>	<b>100%</b>	<b>24.321,06</b>	<b>100%</b>	<b>64.595,80</b>	<b>100%</b>	<b>1.183.416,72</b>	<b>100%</b>	<b>1.279.018,99</b>	<b>100,0%</b>
		0,5%		1,9%		5,1%		92,5%		100,0%
<b>DÍVIDA EM EXECUÇÃO FISCAL</b>	4.917,21	21%	4.698,93	20%	12.818,41	55%	928,80	4%	23.363,35	100%

Do total da dívida de terceiros a 31 de dezembro, 92,5% resultam da liquidação de receita no exercício de 2013, existindo 7,0% de receita por cobrar dos exercícios de 2011 e 2012 e os restantes 0,5% constituem dívida de receita reconhecida em anos anteriores a 2011.

Do total da dívida de terceiros resultante da atividade de fiscalização do Tribunal de Contas, 56,0% resultam da verificação interna de contas, com um total de 716.248,52 € de receita emolumentar por cobrar. Desse montante, 563.240,16 € são relativos à homologação do exercício de 2013 que ocorreu em dezembro (Tribunal de Contas-Sede).

#### 3.3.2. Especialização de Proveitos

QDR XII (em euros)

Código Contas	Designação	Saldo Inicial 01-01-2013	Aumento	Redução	Saldo Final 31-12-2013
2.7.1.1.	Acréscimo de proveitos - Juros a receber	7.290,96	28.774,92	33.443,04	2.622,84
2.7.1.2.2	Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas	3.941.799,86	1.908.053,61	1.604.351,55	4.245.501,92
2.7.1.3.	Acréscimo de proveitos - Proveitos suplementares	1.528,61	8.108,54	9.034,14	603,01
2.7.1.9.	Acréscimo de proveitos - Outros extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total</b>	<b>3.950.619,43</b>	<b>1.944.937,07</b>	<b>1.646.828,73</b>	<b>4.248.727,77</b>

As demonstrações financeiras do Tribunal apresentam em especialização de proveitos a 31.12.2013 um saldo de 4.248.727,77 €, sendo que o montante de 4.245.501,92 € encontra-se associado a processos que podem dar origem à fixação de emolumentos. Assim, relativamente





# Tribunal de Contas

*Direção - Geral*

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

ao processo de especialização de proveitos do exercício de 2013, foi reconhecido o total de 1.944.937,07 €.

A redução de 1.646.828,73 € verificada no saldo da conta 2.7.1.2.2 - *Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas* durante o exercício de 2013 teve origem, maioritariamente, nas liquidações ocorridas nesse exercício relativamente a processos de verificação interna de contas anteriormente especializados, e que correspondiam a 3.941.799,86 €.

Assim, o exercício de 2013 encerra com um saldo na conta 2.7.1.2.2 - *Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas* superior em 8% (303.702,06 €) face ao exercício de 2012.

### 3.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos

QDR XIII

CUSTOS RECONHECIDOS	2011		2012		2012 / 2011		2013		2013 / 2012	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Variação		Custos reconhecidos (5)	%	Variação	
					(3) = (2) - (1)	(4) = (3)/(1)			(6) = (5) - (2)	(7) = (6)/(2)
<b>Deslocações e estadas</b>	<b>284.253,83</b>	<b>11,0%</b>	<b>205.470,09</b>	<b>9,6%</b>	<b>-78.783,74</b>	<b>-27,7%</b>	<b>213.432,51</b>	<b>9,6%</b>	<b>7.962,42</b>	<b>3,9%</b>
Transportes - nacional	115.185,18		108.667,68		-6.517,50	-5,7%	108.141,26		-526,42	-0,5%
Transportes - estrangeiro	114.562,72		59.643,64		-54.919,08	-47,9%	63.685,35		4.041,71	6,8%
Alojamento - nacional	30.392,00		15.233,80		-15.158,20	-49,9%	16.205,40		971,60	6,4%
Alojamento - estrangeiro	24.113,93		21.924,97		-2.188,96	-9,1%	25.400,50		3.475,53	15,9%
<b>Comunicações</b>	<b>231.150,92</b>	<b>9,0%</b>	<b>184.932,55</b>	<b>8,6%</b>	<b>-46.218,37</b>	<b>-20,0%</b>	<b>178.632,28</b>	<b>8,1%</b>	<b>-6.300,27</b>	<b>-3,4%</b>
Fixas	72.201,27		46.094,32		-26.106,95	-36,2%	41.484,86		-4.609,46	-10,0%
Móveis	39.544,96		25.289,03		-14.255,93	-36,0%	23.435,92		-1.853,11	-7,3%
De dados	52.129,36		44.668,42		-7.460,94	-14,3%	41.814,36		-2.854,06	-6,4%
Correios	43.529,48		40.850,51		-2.678,97	-6,2%	44.813,05		3.962,54	9,7%
Outras	23.745,85		28.030,27		4.284,42	18,0%	27.084,09		-946,18	-3,4%
<b>Conservação e reparação</b>	<b>552.009,54</b>	<b>21,4%</b>	<b>558.651,99</b>	<b>26,1%</b>	<b>6.642,45</b>	<b>1,2%</b>	<b>505.480,85</b>	<b>22,8%</b>	<b>-53.171,14</b>	<b>-9,5%</b>
Edifícios	62.175,36		53.644,27		-8.531,09	-13,7%	45.788,44		-7.855,83	-14,6%
Equipamento básico e administrativo	342.555,50		334.073,65		-8.481,85	-2,5%	331.609,65		-2.464,00	-0,7%
Viaturas	29.615,30		26.576,39		-3.038,91	-10,3%	22.088,80		-4.487,59	-16,9%
Outras	117.663,38		144.357,68		26.694,30	22,7%	105.993,96		-38.363,72	-26,6%
<b>Encargos das instalações</b>	<b>640.088,08</b>	<b>24,8%</b>	<b>666.346,46</b>	<b>31,1%</b>	<b>26.258,38</b>	<b>4,1%</b>	<b>666.516,09</b>	<b>30,0%</b>	<b>169,63</b>	<b>0,0%</b>
Electricidade	160.067,88		182.391,23		22.323,35	13,9%	188.417,08		6.025,85	3,3%
Água	14.128,21		13.939,46		-188,75	-1,3%	13.035,14		-904,32	-6,5%
Segurança	252.429,56		255.956,38		3.526,82	1,4%	253.185,43		-2.770,95	-1,1%
Limpeza	213.462,43		214.059,39		596,96	0,3%	211.878,44		-2.180,95	-1,0%
<b>Trabalhos especializados</b>	<b>379.836,45</b>	<b>14,7%</b>	<b>223.412,91</b>	<b>10,4%</b>	<b>-156.423,54</b>	<b>-41,2%</b>	<b>337.862,30</b>	<b>15,2%</b>	<b>114.449,39</b>	<b>51,2%</b>
Formação	28.765,00	1,1%	31.559,28	1,5%	2.794,28	9,7%	40.375,54	1,8%	8.816,26	27,9%
Outros fornecimentos e serviços externos	464.000,51	18,0%	271.308,46	12,7%	-192.692,05	-41,5%	275.953,02	12,4%	4.644,56	1,7%
<b>TOTAL</b>	<b>2.580.104,33</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.141.681,74</b>	<b>100,0%</b>	<b>-438.422,59</b>	<b>-17,0%</b>	<b>2.218.252,59</b>	<b>100,0%</b>	<b>76.570,85</b>	<b>3,6%</b>

Em termos globais os custos com o fornecimento de bens e serviços apresenta um acréscimo de 3,6% face ao exercício de 2012, correspondente ao montante de 76.570,85 €, acréscimo fundamentalmente justificado pela variação de 51,2% nos custos com os trabalhos especializados e que evidenciam os encargos decorrentes do contrato celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP) pela utilização do sistema GeRFIP (Gestão de Recursos Financeiros Partilhados).

No que respeita aos custos com as comunicações verifica-se uma redução global de 3,4%, correspondente a 6.300,27 €, sendo a maior redução relativa às comunicações fixas que apresentam um decréscimo de 4.609,46 € (10,0%).

Verifica-se que os custos inerentes aos encargos com as instalações são os que apresentam o maior peso, correspondendo a 30,0% do total dos custos reconhecidos no exercício de 2013.

Os custos com a conservação e reparação, que representam 22,8% do total dos custos, apresentam uma variação negativa de 9,5% face ao período homólogo.



### 3.3.4. Evolução de Custos com Pessoal

(em euros)

CUSTOS RECONHECIDOS	2011		2012		2012 / 2011		2013		2013 / 2012	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Variação		Custos reconhecidos (5)	%	Variação	
					Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)			Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
<b>Remunerações</b>	<b>16.507.321,13</b>	<b>78,2%</b>	<b>15.161.581,07</b>	<b>77,5%</b>	<b>-1.345.740,06</b>	<b>-8,2%</b>	<b>18.521.662,59</b>	<b>75,3%</b>	<b>3.360.081,52</b>	<b>22,2%</b>
Remuneração base	14.474.946,11	68,6%	14.481.856,52	74,0%	6.910,41	0,0%	14.469.719,09	58,9%	-12.137,43	-0,1%
Subsídio de refeição	496.976,76	2,4%	505.290,39	2,6%	8.313,63	1,7%	507.071,04	2,1%	1.780,65	0,4%
Subsídio de férias e de Natal	1.281.389,85	6,1%	30.696,52	0,2%	-1.250.693,33	-97,6%	3.384.978,57	13,8%	3.354.282,05	10927,2%
Trabalho extraordinário	152.310,93	0,7%	78.091,64	0,4%	-74.219,29	-48,7%	80.889,04	0,3%	2.797,40	3,6%
Maternidade e paternidade	51.482,68	0,2%	13.292,23	0,1%	-38.190,45	-74,2%	27.141,93	0,1%	13.849,70	104,2%
Representação	50.214,80	0,2%	52.353,77	0,3%	2.138,97	4,3%	51.862,92	0,2%	-490,85	-0,9%
<b>Encargos sociais</b>	<b>2.929.680,17</b>	<b>13,9%</b>	<b>2.790.989,73</b>	<b>14,3%</b>	<b>-138.690,44</b>	<b>-4,7%</b>	<b>4.286.824,02</b>	<b>17,4%</b>	<b>1.495.834,29</b>	<b>53,6%</b>
ADSE	412.602,53	2,0%	382.686,38	2,0%	-29.916,15	-7,3%	341.789,84	1,4%	-40.896,54	-10,7%
Caixa Geral de Aposentações	2.411.097,88	11,4%	2.300.144,59	11,8%	-110.953,29	-4,6%	3.799.267,73	15,5%	1.499.123,14	65,2%
Segurança Social	105.979,76	0,5%	108.158,76	0,6%	2.179,00	2,1%	145.766,45	0,6%	37.607,69	34,8%
<b>Outros custos com o pessoal</b>	<b>1.664.350,20</b>	<b>7,9%</b>	<b>1.614.810,79</b>	<b>8,3%</b>	<b>-49.539,41</b>	<b>-3,0%</b>	<b>1.772.928,65</b>	<b>7,2%</b>	<b>158.117,86</b>	<b>9,8%</b>
Ajudas de custo - Nacional	43.659,71	0,2%	33.933,31	0,2%	-9.726,40	-22,3%	32.209,35	0,1%	-1.723,96	-5,1%
Ajudas de custo - Estrangeiro	33.689,67	0,2%	31.471,28	0,2%	-2.218,39	-6,6%	24.092,31	0,0%	-7.378,97	-23,4%
Despesas de Saúde	34.293,16	0,2%	28.766,45	0,1%	-5.526,71	-16,1%	670,24	6,5%	-28.096,21	-97,7%
Sub. compensação e supl. disponibilidade permanente	1.483.318,07	7,0%	1.414.851,69	7,2%	-68.466,38	-4,6%	1.602.312,43	6,5%	187.460,74	13,2%
Outros custos	69.389,59	0,3%	105.788,06	0,5%	36.398,47	52,5%	113.644,32	0,5%	7.856,26	7,4%
<b>TOTAL</b>	<b>21.101.351,50</b>	<b>100,0%</b>	<b>19.567.381,59</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1.533.969,91</b>	<b>-7,3%</b>	<b>24.581.415,26</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.014.033,67</b>	<b>25,6%</b>

Os custos com o pessoal sofreram um aumento de 25,6 % face a 2012, essencialmente devido à reposição do pagamento mensal, por duodécimos, do subsídio de Natal e do pagamento do subsídio de férias, suspensos no exercício de 2012, ao aumento das taxas relativas às contribuições da entidade patronal, designadamente para a Caixa Geral de Aposentações, que apresenta um acréscimo de 1.499.123,14 €, conforme determinado pela Lei do Orçamento do Estado para 2013, bem como ao reconhecimento do subsídio de férias a pagar em 2014 e relativo ao exercício de 2013.

Os custos com ajudas de custo em território estrangeiro sofreram uma diminuição de 23,4%, variação que reflete a alteração decorrente dos artigos 41.º e 42.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e que se traduziu na diminuição dos valores das ajudas de custo a abonar no âmbito de deslocações em território estrangeiro.

Lisboa, em 07 de abril de 2014.

O Diretor-Geral



## MAPA DO CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO

Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2013

PRG.	MED.	ACT./PROJ.	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA			COMPRÔMISSOS ASSUMIDOS		DESPESAS PAGAS			DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (17) = (13) / ((6+7) * 100)	
			CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS (6)	CATIVOS OU CONGELADOS (7)	ANO ANTERIORES (8)	ANO ANTERIORES (9)	ANO ANTERIORES (10)	ANO ANTERIORES (11)	RAPS (12)	TOTAL PAGAMENTOS LIQ. (13) = (10) + (11) - (12)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (14) = (6) - (7) - (8) - (9)		SALDO (15) =  (6)-(7)  - (13)
001	001	264	D.01.01.01.00.00	Titulares de órgãos de soberania	1.371.909,00	31.447,00	1.238.703,55	0,00	1.238.703,55	0,00	0,00	1.238.703,55	101.758,45	0,00	92,41
001	001	264	D.01.01.03.00.00	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	13.854.437,00	201.889,00	12.781.728,75	0,00	12.781.728,75	0,00	14.776,22	12.781.728,75	870.819,25	0,00	93,62
001	001	264	D.01.01.05.00.00	Pessoal além dos quadros	36.984,00	905,00	30.021,43	0,00	30.021,43	0,00	0,00	30.021,43	6.057,57	0,00	83,21
001	001	264	D.01.01.08.00.00	Pessoal agendando aposentação	63.920,00	850,00	62.962,57	0,00	62.962,57	0,00	0,00	62.962,57	7,43	0,00	99,99
001	001	264	D.01.01.09.00.00	Pessoal em qualquer outra situação	482.638,00	32.801,00	438.774,15	0,00	438.774,15	0,00	1.441,15	437.273,00	12.564,00	0,00	97,21
001	001	264	D.01.01.11.00.00	Representação	54.300,00	1.358,00	51.862,92	0,00	51.862,92	0,00	0,00	51.862,92	1.079,08	0,00	97,96
001	001	264	D.01.01.12.00.00	Suplementos e prémios	1.115.049,00	25.453,00	1.031.326,81	0,00	1.031.326,81	0,00	786,18	1.031.326,81	58.269,19	0,00	94,65
001	001	264	D.01.01.13.00.00	Subsídios de refeição	547.189,00	14.982,00	507.245,81	0,00	507.245,81	0,00	1.058,96	507.245,81	24.961,19	0,00	95,31
001	001	264	D.01.01.14.00.00	Subsídios de férias e de Natal	2.888.456,00	20.496,00	2.477.122,35	0,00	2.477.122,35	0,00	1.348,44	2.477.122,35	190.837,65	0,00	92,85
001	001	264	D.01.01.15.00.00	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	84.472,00	0,00	74.857,89	0,00	74.857,89	0,00	1.192,55	74.857,89	9.614,11	0,00	88,62
001	001	264	D.01.02.02.00.00	Horas extraordinárias	40.331,00	0,00	32.700,42	0,00	32.700,42	0,00	0,00	32.700,42	7.630,58	0,00	81,08
001	001	264	D.01.02.04.00.01	Ajudas de custo	125.750,00	0,00	97.720,49	0,00	97.720,49	0,00	1.649,96	96.014,05	28.029,51	1.706,44	76,35
001	001	264	D.01.02.04.00.09	Ajudas de custo - Encargos anos anteriores	84,00	0,00	0,00	83,39	0,00	0,00	0,00	83,39	0,61	0,00	99,27
001	001	264	D.01.02.05.00.00	Abono para faltas	3.991,00	0,00	3.908,29	0,00	3.908,29	0,00	0,00	3.908,29	82,71	0,00	97,93
001	001	264	D.01.02.06.00.00	Formação	36.934,00	0,00	26.319,45	0,00	23.361,31	0,00	0,00	23.361,31	13.572,69	2.988,14	63,25
001	001	264	D.01.02.08.00.00	Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	514.172,00	0,00	512.618,25	0,00	512.618,25	0,00	0,00	512.618,25	1.553,75	0,00	99,70
001	001	264	D.01.02.12.00.00	Indemnizações por cessação de funções	6.608,00	0,00	6.607,79	0,00	6.607,79	0,00	0,00	6.607,79	0,21	0,00	100,00
001	001	264	D.01.02.14.00.01	Outros abonos em numerário ou espécie	109.538,00	0,00	80.257,97	0,00	77.777,06	0,00	0,00	77.777,06	31.750,94	2.480,31	71,01
001	001	264	D.01.02.14.00.09	Outros abonos em numerário ou espécie - Encargos anos anteriores	2.748,00	0,00	1.184,74	0,00	1.184,74	0,00	0,00	1.184,74	1.563,26	0,00	43,11
001	001	264	D.01.03.01.00.00	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	367.700,00	0,00	349.429,77	0,00	349.429,77	0,00	301,00	349.429,77	18.270,23	0,00	95,03
001	001	265	D.01.03.01.80.00	Encargos com a saúde	20.460,00	0,00	242,53	0,00	242,53	0,00	0,00	242,53	20.301,60	0,00	0,77
001	001	265	D.01.03.02.00.00	Outros encargos com a saúde	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.01.03.03.00.00	Subsídio familiar a crianças e jovens	13.335,00	0,00	13.330,83	0,00	13.330,83	0,00	0,00	13.330,83	4,17	0,00	99,97
001	001	264	D.01.03.05.00.00	Caixa Geral de Aposentações	3.351.731,00	0,00	3.359.918,03	0,00	3.359.918,03	0,00	3.198,83	3.359.918,03	21.812,97	0,00	99,99
001	001	264	D.01.03.05.80.01	Segurança Social	6.988,00	0,00	125.368,47	0,00	125.368,47	0,00	0,00	117.051,72	7.281,53	8.316,75	88,24
001	001	264	D.01.03.05.80.09	Segurança Social - Encargos anos anteriores	7.749,00	0,00	7.748,23	6.987,40	6.987,40	0,00	0,00	6.987,40	0,60	0,00	99,99
001	001	264	D.01.03.06.00.00	Acidentes em serviço e doenças profissionais	6.721,00	0,00	6.720,90	0,00	6.720,90	0,00	0,00	6.720,90	0,10	0,00	99,99
001	001	264	D.01.03.08.00.00	Outras pensões	1.050,00	0,00	1.027,74	0,00	1.027,74	0,00	0,00	1.027,74	22,26	0,00	100,00
001	001	264	D.01.03.09.00.00	Seguros	1.315,00	0,00	1.315,00	0,00	1.315,00	0,00	0,00	1.315,00	0,00	0,00	97,88
001	001	264	D.01.03.10.00.00	Contribuições para a segurança social - parentalidade	23.600,00	4.000,00	27.141,93	0,00	27.141,93	0,00	0,00	27.141,93	9,07	0,00	99,97
001	001	264	D.01.03.10.00.00	Outras despesas de segurança social - parentalidade	23.600,00	0,00	17.254,97	0,00	17.254,97	0,00	0,00	17.254,97	2.345,03	0,00	88,04
001	001	264	D.02.01.02.00.00	Combustíveis e lubrificantes	32.000,00	0,00	27.756,97	0,00	27.756,97	0,00	0,00	27.756,97	4.243,03	1,35	86,74
001	001	264	D.02.01.04.00.00	Limpeza e higiene	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.07.00.00	Vestuário e artigos pessoais	19,00	0,00	0,00	18,25	0,00	0,00	0,00	61.165,86	38.642,06	5.973,08	57,82
001	001	264	D.02.01.08.00.01	Material de escritório	600,00	0,00	67.138,94	0,00	67.138,94	0,00	0,00	61.165,86	0,75	0,00	96,05
001	001	264	D.02.01.08.00.09	Material de escritório - Encargos anos anteriores	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,25	0,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.11.00.00	Material de consumo clínico	900,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.12.00.00	Material de transporte - Peças	600,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.14.00.00	Outro material-Peças	8.500,00	0,00	1.850,47	0,00	1.850,47	0,00	0,00	1.850,47	6.649,53	0,00	21,77
001	001	264	D.02.01.15.00.00	Prémios, condecorações e ofertas	512,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	512,00	0,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.01.17.00.00	Ferramentas e utensílios	25.178,00	0,00	16.529,82	0,00	16.046,09	0,00	0,00	16.046,09	8.648,18	483,73	63,73
001	001	264	D.02.01.18.00.01	Livros e documentação técnica	226,00	0,00	0,00	225,75	0,00	0,00	0,00	184,41	0,25	41,34	81,60
001	001	264	D.02.01.18.00.09	Livros e documentação técnica - Encargos anos anteriores	800,00	0,00	140,28	0,00	140,28	0,00	0,00	659,72	0,00	0,00	17,54
001	001	264	D.02.01.19.00.00	Artigos honoríficos e de decoração	59.372,00	15.800,00	34.888,95	0,00	34.888,95	0,00	0,00	34.888,95	8.941,14	258,09	79,48
001	001	264	D.02.01.21.00.01	Outros bens	1.598,00	0,00	0,00	1.597,52	0,00	0,00	1.597,52	0,48	0,00	99,97	
001	001	264	D.02.02.01.00.09	Outros bens - Encargos anos anteriores	257.800,00	24.200,00	205.083,63	0,00	205.083,63	0,00	0,00	205.083,63	28.516,37	0,00	87,79
001	001	264	D.02.02.01.00.01	Encargos das instalações	239.000,00	23.452,00	211.190,34	0,00	211.190,34	0,00	0,00	211.190,34	4.357,66	0,00	97,98
001	001	264	D.02.02.02.00.01	Limpeza e higiene	125.934,00	16.600,00	56.995,95	0,00	56.995,95	0,00	0,00	54.338,05	68,67	2.498,96	49,84
001	001	264	D.02.02.03.00.01	Conservação de bens	988,00	0,00	919,33	0,00	919,33	0,00	0,00	919,33	0,00	0,00	93,05
001	001	264	D.02.02.03.00.09	Conservação de bens - Encargos anos anteriores	22.000,00	0,00	20.830,87	0,00	20.830,87	0,00	0,00	20.830,87	1.169,13	0,00	94,69
001	001	264	D.02.02.04.00.00	Locação de edifícios	20.500,00	0,00	46,48	0,00	46,48	0,00	0,00	46,48	20.453,52	0,00	0,23
001	001	264	D.02.02.06.00.00	Locação de material de transporte	45.000,00	0,00	37.350,18	0,00	37.350,18	0,00	0,00	37.350,18	7.649,82	0,00	83,00

MAPA DO CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO  
Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2013

PRG.	MED.	ACT./PROJ.	CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS OU CONGELADOS	COMPRISSOS-ASSUMIDOS		DESPESAS PAGAS		TOTAL PAGAMENTOS LIQ.	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA	DIFERENÇAS		GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS
								ANO ANTERIORES	ANO ANTERIORES	ANOS ANTERIORES	RAPIS			ANO ANTERIORES	ANO ANTERIORES	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
001	001	264	D.02.02.08.A0.09	Locação de outros bens - Encargos anos anteriores	3.112,52	0,00	0,00	3.112,52	0,00	0,00	0,00	3.112,52	0,48	0,48	0,00	99,98
001	001	264	D.02.02.09.A0.01	Comunicações - Acesso à internet	22.628,00	2.480,00	16.951,62	0,00	15.889,51	0,00	0,00	15.889,51	3.196,38	4.258,49	1.062,11	78,86
001	001	264	D.02.02.09.A0.09	Comunicações - Acesso à internet - Encargos anos anteriores	7.462,00	0,00	5.467,77	0,00	5.467,77	0,00	0,00	5.467,77	1.994,23	1.994,23	0,00	73,27
001	001	264	D.02.02.09.B0.01	Comunicações Fitas de Dados	29.900,00	2.720,00	25.026,24	0,00	20.865,64	0,00	0,00	20.865,64	6.314,36	4.160,60	76,77	76,77
001	001	264	D.02.02.09.B0.09	Comunicações Fitas de Dados - Encargos anos anteriores	2.081,00	0,00	2.080,30	0,00	2.080,30	0,00	0,00	2.080,30	0,70	0,70	0,00	99,97
001	001	264	D.02.02.09.C0.01	Comunicações Fitas de Voz	69.804,00	7.920,00	41.443,16	0,00	40.249,90	0,00	0,00	40.249,90	20.440,84	21.634,10	1.193,26	65,04
001	001	264	D.02.02.09.C0.09	Comunicações Fitas de Voz - Encargos anos anteriores	696,00	0,00	695,71	0,00	695,71	0,00	0,00	695,71	0,29	0,29	0,00	99,96
001	001	264	D.02.02.09.D0.01	Comunicações móveis	45.750,00	4.610,00	23.465,79	0,00	23.057,98	0,00	0,00	23.057,98	17.674,21	18.082,02	407,81	56,05
001	001	264	D.02.02.09.D0.09	Comunicações móveis - Encargos anos anteriores	410,00	0,00	405,68	0,00	405,68	0,00	0,00	405,68	4,32	4,32	0,00	98,95
001	001	264	D.02.02.09.F0.01	Outros Serviços de Comunicações	82.322,00	7.350,00	67.128,72	0,00	65.479,94	0,00	0,00	65.479,94	7.843,28	9.492,06	1.648,78	87,34
001	001	264	D.02.02.09.F0.09	Outros Serviços de Comunicações - Encargos de anos anteriores	4.503,00	0,00	4.502,55	0,00	4.502,55	0,00	0,00	4.502,55	0,45	0,45	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.10.A0.01	Transportes	90.731,00	0,00	75.485,53	0,00	73.707,67	0,00	60,00	73.647,67	15.245,47	17.083,33	1.837,86	81,17
001	001	264	D.02.02.10.A0.09	Transportes - Encargos anos anteriores	2.115,00	0,00	2.101,73	0,00	2.101,73	0,00	0,00	2.101,73	13,27	13,27	0,00	99,97
001	001	264	D.02.02.11.A0.09	Representação dos serviços	10.050,00	0,00	3.121,83	0,00	3.121,83	0,00	0,00	3.121,83	6.928,17	6.928,17	0,00	31,06
001	001	264	D.02.02.12.A0.01	Seguros	28.360,00	0,00	23.977,36	0,00	21.603,88	0,00	0,00	21.603,88	4.382,64	6.756,12	2.373,48	76,18
001	001	264	D.02.02.12.A0.09	Seguros - Encargos anos anteriores	7.000,00	0,00	4.178,01	0,00	4.178,01	0,00	0,00	4.178,01	2.821,99	2.821,99	0,00	59,69
001	001	264	D.02.02.13.A0.01	Deslocações e estadas	254.558,00	60.900,00	96.289,62	0,00	95.093,36	0,00	30,24	95.069,12	97.368,38	1.220,50	98.588,88	49,09
001	001	264	D.02.02.13.A0.09	Deslocações e estadas - Encargos anos anteriores	459,00	0,00	263,60	0,00	263,60	0,00	0,00	263,60	195,40	195,40	0,00	57,43
001	001	264	D.02.02.14.A0.01	Estudos, pareceres, projetos e consultoria	32.046,00	0,00	31.586,16	0,00	28.953,98	0,00	0,00	28.953,98	459,84	3.092,02	2.632,18	90,35
001	001	264	D.02.02.14.A0.09	Estudos, pareceres, projetos e consultoria - Serviços de natureza informática	2.768,00	0,00	2.767,50	0,00	2.767,50	0,00	0,00	2.767,50	0,50	0,50	0,00	99,98
001	001	264	D.02.02.14.A0.09	Estudos, pareceres, projetos e consultoria - Outros	315.726,00	187.980,00	27.655,29	0,00	5.620,00	0,00	0,00	5.620,00	100.090,71	122.126,00	22.035,29	4,40
001	001	264	D.02.02.15.A0.01	Formação	15.000,00	0,00	65.289,70	0,00	65.289,70	0,00	0,00	65.289,70	46.740,00	18.550,00	18.549,70	71,59
001	001	264	D.02.02.15.A0.09	Formação - Encargos anos anteriores	15.000,00	0,00	2.976,54	0,00	2.976,54	0,00	0,00	2.976,54	12.023,46	12.023,46	0,00	19,84
001	001	264	D.02.02.15.A0.09	Formação - Outros	53.285,00	0,00	23.639,40	0,00	23.639,40	0,00	0,00	23.639,40	29.645,60	44,36	44,36	0,00
001	001	264	D.02.02.16.A0.01	Seminários, exposições e similares	28.728,00	8.000,00	7.620,80	0,00	7.620,80	0,00	0,00	7.620,80	13.107,20	13.107,20	0,00	36,77
001	001	264	D.02.02.16.A0.09	Seminários, exposições e similares - Encargos anos anteriores	742,00	0,00	742,00	0,00	742,00	0,00	0,00	742,00	0,00	0,00	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.17.A0.00	Publicidade	16.200,00	4.880,00	695,99	0,00	695,99	0,00	0,00	695,99	10.624,01	10.624,01	0,00	6,15
001	001	264	D.02.02.18.A0.01	Vigilância e segurança	283.500,00	0,00	251.584,81	0,00	249.711,04	0,00	0,00	249.711,04	31.915,19	33.788,96	1.873,77	88,08
001	001	264	D.02.02.18.A0.09	Vigilância e segurança - Encargos anos anteriores	2.082,00	0,00	2.081,71	0,00	2.081,71	0,00	0,00	2.081,71	0,29	0,29	0,00	99,99
001	001	264	D.02.02.19.A0.01	Assistência técnica - Equipamento informático (Hardware)	150.000,00	0,00	124.622,94	0,00	116.982,29	0,00	0,00	116.982,29	25.377,06	7.640,65	7.640,65	77,99
001	001	264	D.02.02.19.A0.09	Assistência técnica - Equipamento informático (Hardware) - Encargos anos anteriores	209.100,00	0,00	178.817,05	0,00	177.972,30	0,00	0,00	177.972,30	30.282,95	31.127,70	844,75	85,11
001	001	264	D.02.02.19.A0.09	Assistência técnica - Software informático	1.629,00	0,00	1.628,52	0,00	1.628,52	0,00	0,00	1.628,52	0,48	0,48	0,00	99,97
001	001	264	D.02.02.19.C0.01	Assistência técnica - Software informático - Encargos anos anteriores	165.500,00	0,00	145.085,20	0,00	132.134,27	0,00	0,00	132.134,27	20.444,80	33.365,73	12.920,93	79,84
001	001	264	D.02.02.19.C0.09	Assistência técnica - Software informático - Outros	13.038,00	0,00	13.037,91	0,00	13.037,91	0,00	0,00	13.037,91	0,09	0,09	0,00	100,00
001	001	264	D.02.02.20.A0.00	Outros trabalhos especializados - Serviços de Natureza Informática	10.000,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00
001	001	264	D.02.02.20.A0.09	Outros trabalhos especializados - Serviços de Natureza Informática - Encargos anos anteriores	215.520,00	99.150,00	153.615,70	0,00	153.615,70	0,00	0,00	153.615,70	2.754,30	2.754,30	0,00	98,24
001	001	264	D.02.02.20.C0.01	Pagamentos à GeRAP	176.450,00	51.450,00	34.111,59	0,00	34.111,59	0,00	0,00	34.111,59	86.097,56	90.888,41	4.790,85	27,29
001	001	264	D.02.02.22.A0.01	Serviços de saúde	22.000,00	0,00	21.799,92	0,00	20.891,59	0,00	0,00	20.891,59	200,08	1.108,41	908,33	94,96
001	001	264	D.02.02.22.A0.09	Serviços de saúde - Encargos anos anteriores	909,00	0,00	908,33	0,00	908,33	0,00	0,00	908,33	0,67	0,67	0,00	99,93
001	001	264	D.02.02.25.A0.01	Outros serviços	467.047,00	111.498,00	197.263,43	0,00	188.700,98	0,00	0,00	188.700,98	158.285,57	167.348,02	9.062,45	52,93
001	001	264	D.02.02.25.A0.09	Outros serviços - Encargos anos anteriores	17.357,00	0,00	12.423,71	0,00	12.423,71	0,00	0,00	12.423,71	4.927,29	4.927,29	0,00	71,61
001	001	264	D.03.06.01.A0.01	Outros encargos financeiros	774,00	0,00	11,30	0,00	11,30	0,00	0,00	11,30	762,70	762,70	0,00	1,46
001	001	264	D.03.06.01.A0.09	Outros encargos financeiros - Encargos anos anteriores	26,00	0,00	25,45	0,00	25,45	0,00	0,00	25,45	0,55	0,55	0,00	97,88
001	001	264	D.06.02.03.A0.00	Outras despesas correntes - outras - reserva	366.100,00	0,00	32.154,48	0,00	32.154,48	0,00	0,00	32.154,48	13.851,97	333.945,52	352.248,03	3,78
001	001	264	D.07.01.03.B0.B1	Edifícios - Conservação ou reparação	8.418,00	0,00	8.417,85	0,00	8.417,85	0,00	0,00	8.417,85	0,15	0,15	0,00	100,00
001	001	264	D.07.01.03.B0.B9	Edifícios - Conservação ou reparação - Encargos anos anteriores	60.000,00	0,00	21.420,95	0,00	21.420,95	0,00	0,00	21.420,95	38.579,05	60.000,00	21.420,95	0,00
001	001	264	D.07.01.07.B0.A0	Equipamento de informática - Hardware comunicações	197,00	0,00	196,43	0,00	196,43	0,00	0,00	196,43	0,57	0,57	0,00	99,71
001	001	264	D.07.01.07.B0.B1	Equipamento de informática - Outros	223.136,00	0,00	88.745,96	0,00	88.057,32	0,00	0,00	88.057,32	134.390,04	135.078,88	688,64	39,46
001	001	264	D.07.01.07.B0.B9	Equipamento de informática - Outros - Encargos anos anteriores	70.422,00	0,00	6.647,03	0,00	6.647,03	0,00	0,00	6.647,03	10.352,97	10.352,97	0,00	39,10
001	001	264	D.07.01.08.B0.A0	Software de comunicações	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	99,60
001	001	264	D.07.01.08.B0.B0	Software de comunicações - Encargos anos anteriores	1.882,00	0,00	1.881,90	0,00	1.881,90	0,00	0,00	1.881,90	0,10	0,10	0,00	99,60
001	001	264	D.07.01.09.B0.A0	Equipamento administrativo - Hardware de comunicações	1.882,00	0,00	1.881,90	0,00	1.881,90	0,00	0,00	1.881,90	0,10	0,10	0,00	99,60
001	001	264	D.07.01.09.B0.B0	Equipamento administrativo - Hardware de comunicações - Encargos anos anteriores	1.882,00	0,00	1.881,90	0,00	1.881,90	0,00	0,00	1.881,90	0,10	0,10	0,00	99,60



MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO  
Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2013

PRG.	MED.	ACT / PROJ.	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (6)	CATIVOS OU CONGELADOS (7)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		DESPESAS PAGAS		TOTAL PAGAMENTOS LIQ.		DIFERENÇAS		COMPROMISSOS POR PAGAR (16) = (8) + (9) - (13) (17) = (13) / (6-7) * 100	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (18) = (13) / (6-7) * 100
			CÓDIGO (4)	DESCRIÇÃO (5)			ANO (8)	ANOS ANTERIORES (9)	ANO (10)	ANOS ANTERIORES (11)	RAPS (12)	(13) = (10) + (11) - (12)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (14) = (6) - (7) - (8) - (9)	SALDO (15) = [(16)-(7)] - (13)		
001	001	264	D.07.01.09.80.81	Equipamento administrativo - Outros	35.714,00	0,00	12.758,96	0,00	5.863,18	0,00	0,00	5.863,18	22.955,04	29.850,82	6.895,78	16,42
001	001	264	D.07.01.09.80.89	Equipamento administrativo - Outros - Encargos anos anteriores	89,00	0,00	0,00	88,56	0,00	0,00	88,56	88,56	0,44	0,44	0,00	99,51
001	001	264	D.07.01.10.80.81	Equipamento básico - Outros	11.847,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.847,00	11.847,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.10.80.89	Equipamento básico - Outros - Encargos anos anteriores	2.153,00	0,00	0,00	2.152,50	0,00	0,00	2.152,50	2.152,50	0,50	0,50	0,00	99,98
001	001	264	D.07.01.11.80.00	Ferramentas e utensílios	7.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.300,00	7.300,00	0,00	0,00
001	001	264	D.07.01.12.80.00	Artigos e objectos de valor	5.700,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	5.500,00	5.500,00	0,00	3,51
001	001	264	D.07.01.15.80.00	Outros investimentos	10.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.130,00	10.130,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 26					30.043.184,00	948.171,00	25.964.320,58	159.075,41	25.840.520,28	140.484,37	25.843,53	25.955.161,12	2.971.617,01	3.139.851,88	168.234,87	89,21
Total Classificação Funcional: 111					30.043.184,00	948.171,00	25.964.320,58	159.075,41	25.840.520,28	140.484,37	25.843,53	25.955.161,12	2.971.617,01	3.139.851,88	168.234,87	89,21
Total Classificação Orgânica: 01.1.06.01.00					30.043.184,00	948.171,00	25.964.320,58	159.075,41	25.840.520,28	140.484,37	25.843,53	25.955.161,12	2.971.617,01	3.139.851,88	168.234,87	89,21
Total					30.043.184,00	948.171,00	25.964.320,58	159.075,41	25.840.520,28	140.484,37	25.843,53	25.955.161,12	2.971.617,01	3.139.851,88	168.234,87	89,21

Lisboa, em 31 de março de 2014

O Diretor-Geral





MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADO

Período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013

PRG	MED	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVIÇÕES CORRIGIDAS (5)	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO (6)	RECEITAS EMITIDAS (7)	RECEITAS LIQUIDADAS (8)	RECEITAS EMITIDAS ANULADAS (9)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS		REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA (15) = (12) - (14)	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO (16) = (6) + (7) - (9) - (12)	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (17) = (15) / (6) * 100
		CÓDIGO (3)	DESCRIÇÃO (4)						ANO ANTERIORES (11)	ANO (10)	TOTAL (12) = (10) + (11)	EMITIDOS (13)			
001	001	R.99.99.00.00	Fin. Dot. Orc. - Correntes	16.989.746,01	0,00	16.732.297,33	16.732.297,33	0,00	16.732.297,33	0,00	0,00	0,00	16.732.297,33	0,00	102,03%
			Total medida 001	16.989.746,01	0,00	16.732.297,33	16.732.297,33	0,00	16.732.297,33	0,00	0,00	0,00	16.732.297,33	0,00	102,03%
			Total programa 001	16.989.746,01	0,00	16.732.297,33	16.732.297,33	0,00	16.732.297,33	0,00	0,00	0,00	16.732.297,33	0,00	102,03%
			Total Fonte Financiamento: 111	16.989.746,01	0,00	16.732.297,33	16.732.297,33	0,00	16.732.297,33	0,00	0,00	0,00	16.732.297,33	0,00	102,03%
001	001	R.04.01.01.AO.00	Taxas de Justiça	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
001	001	R.04.01.99.AO.00	Emolumentos Tribunal de Contas	6.227.600,00	1.353.648,83	6.560.591,26	6.531.019,74	79.963,19	5.325.183,91	1.205.835,83	0,00	52.650,36	6.478.389,38	1.303.357,17	104,03%
001	001	R.04.02.01.AO.00	Juros de Mora	1.000,00	0,00	599,78	599,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	599,78	0,00	59,98%
001	001	R.05.03.01.AO.00	Instituto de Gestão	107.500,00	0,00	74.881,40	74.881,40	0,00	74.881,40	0,00	0,00	0,00	74.881,40	0,00	69,68%
001	001	R.07.01.02.AO.00	Edições Tribunal Contas	4.000,00	1.003,68	522,04	1.196,13	209,76	522,04	674,09	0,00	0,00	1.196,13	119,81	29,90%
001	001	R.07.01.05.AO.00	Venda de Bens Diversos	3.000,00	0,00	1.570,00	1.570,00	0,00	1.570,00	0,00	0,00	0,00	1.570,00	0,00	52,33%
001	001	R.07.02.05.AO.00	Reembolsos - Serviços Sociais Ministério da Justiça	2.100,00	3.275,11	27,48	2.335,96	27,48	2.308,48	2.308,48	0,00	0,00	2.335,96	939,15	111,24%
001	001	R.07.02.99.AO.00	Venda Bens Serv. Correntes-Outros	6.500,00	0,00	5.040,00	5.040,00	0,00	5.040,00	0,00	0,00	0,00	5.040,00	0,00	77,54%
001	001	R.08.01.99.AO.00	Outras Recolhas Correntes	15.000,00	5.294,56	31.967,88	25.576,75	39,70	20.382,19	5.294,56	0,00	0,00	25.576,75	11.845,69	170,51%
001	001	R.08.04.04.AO.00	Alienação de Bens de Imobilizado	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
001	001	R.15.01.01.00.00	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	2.000,00	730,92	2.559,05	2.467,53	0,00	2.467,53	0,00	0,00	0,00	2.467,53	822,44	123,38%
			Total medida 001	6.370.200,00	1.363.953,10	6.677.758,89	6.644.687,29	80.140,14	5.430.574,33	1.214.112,86	0,00	52.650,36	6.692.036,83	1.316.884,56	103,48%
			Total programa 001	6.370.200,00	1.363.953,10	6.677.758,89	6.644.687,29	80.140,14	5.430.574,33	1.214.112,86	0,00	52.650,36	6.692.036,83	1.316.884,56	103,48%
			Total Fonte Financiamento: 510	6.370.200,00	1.363.953,10	6.677.758,89	6.644.687,29	80.140,14	5.430.574,33	1.214.112,86	0,00	52.650,36	6.692.036,83	1.316.884,56	103,48%
001	001	R.16.01.01.00.00	Na Posse do Serviço	25.889.530,00	0,00	2.869.385,44	2.714.934,45	0,00	2.869.385,44	0,00	0,00	0,00	2.869.385,44	0,00	11,09%
			Total medida 001	25.889.530,00	0,00	2.869.385,44	2.714.934,45	0,00	2.869.385,44	0,00	0,00	0,00	2.869.385,44	0,00	11,09%
			Total programa 001	25.889.530,00	0,00	2.869.385,44	2.714.934,45	0,00	2.869.385,44	0,00	0,00	0,00	2.869.385,44	0,00	11,09%
			Total Fonte Financiamento: 520	25.889.530,00	0,00	2.869.385,44	2.714.934,45	0,00	2.869.385,44	0,00	0,00	0,00	2.869.385,44	0,00	11,09%
001	001	R.06.03.07.AO.01	Transferências Correntes - A.C. - SFA	29.735,00	5.294,08	29.735,00	33.332,35	0,00	29.735,00	3.597,35	0,00	0,00	33.332,35	1.886,73	112,10%
			Total medida 001	29.735,00	5.294,08	29.735,00	33.332,35	0,00	29.735,00	3.597,35	0,00	0,00	33.332,35	1.886,73	112,10%
			Total programa 001	29.735,00	5.294,08	29.735,00	33.332,35	0,00	29.735,00	3.597,35	0,00	0,00	33.332,35	1.886,73	112,10%
			Total Fonte Financiamento: 540	29.735,00	5.294,08	29.735,00	33.332,35	0,00	29.735,00	3.597,35	0,00	0,00	33.332,35	1.886,73	112,10%
			Total	48.689.211,01	1.366.237,18	26.309.176,66	26.125.251,42	80.140,14	26.061.992,10	1.217.710,31	0,00	52.650,36	26.227.052,05	1.318.571,29	53,89%

Lisboa, em 31 de março de 2014  
O Diretor-Geral

